

Fortalecendo a AGRICULTURA FAMILIAR



Vozes do Ano Internacional da Agricultura Familiar

Índice

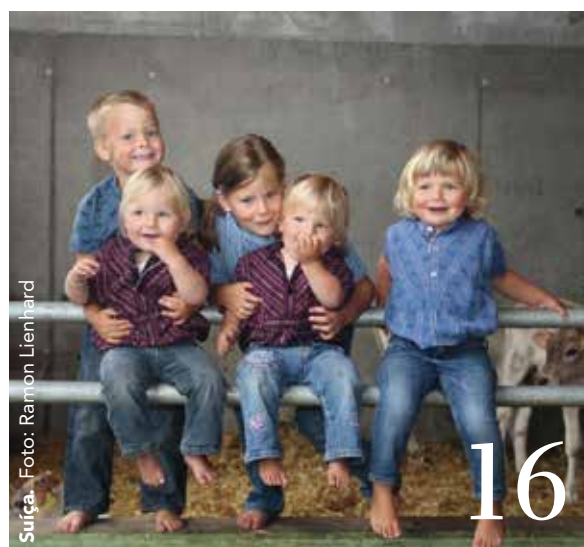
04 **Eu sou a agricultura familiar**
“Eu sou todas as manhãs ensolaradas cheias de energia e de prazer ao caminhar com o rebanho de um pasto a outro... Quero ajudar a criar um sistema alimentar mais justo em que as famílias vivam bem e se alimentem melhor”.

05 **Introdução: o Ano Internacional da Agricultura Familiar**
O Ano Internacional da Agricultura Familiar deu visibilidade às contribuições essenciais dos agricultores familiares para o mundo. Como resultado, já podemos ver maior compromisso político com o apoio aos agricultores familiares e com a criação de políticas diferenciadas para a agricultura familiar.

06 **África**
Parte dos agricultores familiares mais vulneráveis do mundo vive na África Subsaariana. A região propõe políticas que possam garantir que os africanos sejam capazes de se alimentar e contribuir com a segurança alimentar global através de uma agricultura familiar mais produtiva, fortalecida por homens, mulheres e gerações futuras comprometidas.

11 **Ásia-Pacífico**
Na extremamente diversa região da Ásia e do Pacífico, os agricultores familiares enfrentam políticas agrícolas desfavoráveis, remoções e os efeitos das mudanças climáticas. A região demanda políticas que incluam a proteção dos direitos dos agricultores, a estabilidade dos preços dos alimentos e mais participação dos agricultores familiares na formulação de políticas e na pesquisa e extensão.

16 **Europa e Ásia Central**
Os agricultores familiares são os que mais investem na agricultura e na produção de alimentos na Europa, mas eles enfrentam o envelhecimento da população rural e políticas que, em geral, não respondem às suas necessidades. A região recomenda medidas como o redirecionamento do investimento público e da produção de conhecimento para os agricultores familiares e a remoção de entraves políticos.



21 América Latina e Caribe

A contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento está sendo cada vez mais reconhecida na América Latina. Para avançar mais, a região propõe incentivos para as organizações dos agricultores, a proteção de lideranças da agricultura familiar e políticas que favoreçam a produção da agricultura familiar e camponesa. As iniciativas bem sucedidas da região devem ser estimuladas.

27 Médio Oriente e África do Norte

A insegurança na posse da terra, a má nutrição crônica, os conflitos violentos, a escassez de água e os impactos das mudanças climáticas dificultam a vida dos agricultores familiares da região. As principais recomendações incluem a titulação de terras, mais autonomia para as organizações dos agricultores e processos mais inclusivos de formulação de políticas.

31 América do Norte

Essa região, que engloba o México, os Estados Unidos e o Canadá, demanda políticas que promovam a agricultura entre os jovens, preços mais justos para os agricultores e maior acesso à terra e ao conhecimento.

33 Conclusão

As recomendações de política são semelhantes em todas as regiões: intersectorialidade nas políticas, reforma agrária, novos mercados, equidade de gênero, fortalecimento das organizações dos agricultores, extensão com protagonismo dos agricultores e maior envolvimento dos jovens.



Peru. Foto: Natalia Virginia Lozano Broncales



Marrocos. Foto: Issam Zerrok



Estados Unidos. Foto: Natasha Bowens

FICHA TÉCNICA

Publicado por ILEIA
Outubro de 2014



ileia

Centre for learning on
sustainable agriculture

Endereço

P.O. Box 90, 6700 AB,
Wageningen, Os Países Baixos

Endereço para visitantes

Lawickse Allee 11, 6701 AN
Wageningen, Os Países Baixos
Tel: +31 (0)317 760 010
E-mail: ileia@ileia.org
www.ileia.org

ILEIA e a RedeAgriCulturas

www.ileia.org
www.agriculturesnetwork.org

Esta publicação foi feita a partir das sínteses dos relatórios e anotações de uma série de eventos realizados no Ano Internacional da Agricultura Familiar:

Os **Diálogos Regionais sobre Agricultura Familiar** foram organizados pela Organização para a Alimentação e a Agricultura em colaboração com o Fórum Mundial Rural, a Aliança Cooperativa Internacional e a Organização Mundial de Agricultores para aumentar o entendimento do contexto da agricultura familiar em cada região, identificando desafios, oportunidades e prioridades de política para apoio à agricultura familiar e erradicação da fome.

As **Consultas à sociedade civil** são organizadas juntamente com as Conferências Regionais da FAO para garantir o engajamento da sociedade civil, dos movimentos sociais e das organizações de agricultores nas

discussões de política regional da FAO e na tomada de decisões.

As **Conferências Regionais da FAO** são um fórum oficial bianual onde ministros da agricultura e altos oficiais dos Países Membros de uma mesma região geográfica se encontram para elaborar elementos a partir dos desafios e assuntos prioritários relacionados à alimentação e à agricultura, buscando coerência política regional. A agricultura familiar esteve na agenda de cada Conferência Regional em 2014.

Editora

Janneke Bruil

Com contribuições de

Hakim Baliraine, Leonardo van den Berg, Harmony Folz, Hanny van Geel, Teresa Gianella, Eduardo Giesen, Nick Pasiecznik, Francesco Pierri, Teobaldo Pinzas, Brendan Rice e Edith van Walsum

Tradução

Bruno Prado (AS-PTA, Brasil)

Layout

Twin Media bv, Culemborg,
Os Países Baixos

Fotografias

Todas as imagens usadas na publicação foram inscritas no concurso de fotografia "Agricultura Familiar: alimentando o mundo, cuidando da terra" organizado pela Rede AgriCulturas e o Fórum Mundial Rural.

Capa: fotografia de Julie Lunde Lilles,
na Nicarágua

Contracapa: fotografia de Paula
Taraborelli, na Argentina

Produzido em colaboração com



Food and Agriculture Organization
of the United Nations

Eu sou a agricultura familiar

Eu sou todas as manhãs ensolaradas cheias de energia e de prazer ao caminhar com o rebanho de um pasto a outro.

Na primavera de Quebec, eu sou um dia de festa para milhares de famílias, que renovam a tradição da “cabana de açúcar”, o aroma da seiva de ácer fervendo e a umidade açucarada que gruda na pele.

E quantos outros aromas podem ser associados a mim? Centenas? Milhares? Lembrem-se apenas do aroma da terra e do movimento do solo quando se caminha sobre ele. Sonhem com o doce perfume dos morangos, das estufas onde estão crescendo as plantas que logo irão decorar os campos de todo o sul dos Estados Unidos.

Pensar em mim traz à memória os roçados nos vales da Nova Inglaterra, um pai que constrói um abrigo com um punhado de feno para que seu filho possa ali descansar. Guardo entre minhas recordações a memória dos avós criativos, pessoas simples cheias de bondade... O avô que me ensinava tudo sobre a floresta e também a como fazer um cajado, ferramenta essencial para o pastor. Ou ainda aquelas avós que sabiam preparar tão bem qualquer refeição com os alimentos que tinham e que já praticavam os princípios da economia e da reciclagem.

Eu me alimento da convivência, das discussões animadas. Todos os dias eu desafio as pessoas a trabalharem unidas. Mas também sofro de cansaço e angústia, de certezas e incertezas, e tenho a fraqueza de tantas vezes deixar minha família no segundo plano, mesmo sendo frequentemente chamada de ‘instituição familiar’.

Eu demarco territórios, desenho e redesenho as paisagens, que são ainda mais belas quando não são iguais. Eu deixo por todos os lados pistas da atividade humana.

Em dias de feira, eu sei como me fazer presente no coração das cidades. Na verdade, eu busco ter cada vez mais aliados entre os habitantes das cidades, vendendo alimentos agroecológicos, promovendo a soberania alimentar e a importância dos cultivos diversificados. Quero ajudar a criar um sistema alimentar mais justo em que as famílias vivam bem e se alimentem melhor.

Eu sou dinamismo e honestidade, trabalho duro e liberdade, cordialidade e resistência, às vezes surda e muda diante das pressões econômicas, às vezes orgulhosa da minha tecnologia.

Eu sou feita de experiências múltiplas. Minhas diferenças me dão identidade e são a fonte de minha força e de minha fragilidade.

Eu sou todo tipo de planos de sucessão, como aquele imaginado pelo agricultor que “adotou” um sucessor que não era membro da família para que pudesse dar continuidade àquilo que ele chamou “o trabalho de sua vida”. Mas para renovar e responder aos jovens que querem viver dignamente de sua agricultura, eu terei de inventar coisas novas. Porque espero poder continuar cultivando valores.

Eu sou a Terra e sua memória bem como seu futuro.

Este texto é uma síntese das respostas dos participantes do Diálogo Norte-Americano sobre a Agricultura Familiar (realizado em 7 e 8 de abril de 2014 na cidade de Quebec) à pergunta: “em sua vida diária ou em suas memórias, qual agricultor ou agricultora, qual paisagem, quais emoções você associa à agricultura familiar?”.

Introdução

O Ano Internacional da Agricultura Familiar

Quando 2014 foi anunciado como o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF), as Nações Unidas garantiram a visibilidade da contribuição essencial dos agricultores familiares para a segurança alimentar, para o bem-estar das comunidades, para a economia, para a conservação e a biodiversidade da agricultura no mundo, para o uso sustentável dos recursos naturais e para a resiliência climática.

O AIAF busca apoiar o desenvolvimento de políticas que promovam a agricultura familiar sustentável e que fomentem uma melhor compreensão acerca das necessidades, dos limites e dos potenciais dos agricultores familiares. A tendência nas últimas décadas tem sido o foco dos governos nas commodities agrícolas e no livre mercado, com menos apoio aos produtores. A maioria dos 400 milhões de famílias agricultoras e as comunidades onde vivem se veem carentes de investimentos que poderiam fazê-las prosperar em suas paisagens. Isso está levando a um fluxo sem precedentes de jovens para os centros urbanos, à degradação de recursos naturais, ao aumento da pobreza rural e à fome crônica em áreas muito secas e outras regiões marginalizadas.

A ideia de um Ano Internacional da Agricultura Familiar surgiu na esteira da crise financeira e alimentar de 2008, que colocou a agricultura de volta na agenda política. A ideia foi inicialmente proposta pelo Fórum Mundial Rural e pelo governo das Filipinas, seguido de muitos outros, e finalmente endossada pela ONU em 2011. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) foi apontada como agência facilitadora do Ano.

As vozes apresentadas nesta síntese resumem as recomendações de política e as melhores práticas que foram apresentadas durante o Ano Internacional da Agricultura Familiar. A publicação se baseia nos diversos diálogos regionais, consultas à sociedade civil e conferências regionais da FAO que exploraram o tema da agricultura familiar durante a segunda metade de 2013 e ao longo de 2014, culminando no Diálogo Global da Agricultura Familiar, em outubro de 2014. Questões importantes também foram levantadas em outros eventos relevantes, como o Fórum Global e Exposição de

Agricultura Familiar realizado na Hungria em março de 2014, o III Encontro Nacional de Agroecologia realizado no Brasil em maio de 2014 e o Encontro Internacional sobre Agricultura Familiar e Pesquisa realizado em Montpellier em junho de 2014. Essa síntese não esgota os ricos debates que foram travados, mas busca compreender questões fundamentais levantadas por centenas de participantes em todo o mundo.

Já podemos ver avanços resultantes do AIAF. A visibilidade e o reconhecimento dos agricultores familiares deram um salto. Há significativamente muitos sinais de um compromisso político maior com os agricultores familiares e com a criação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Os próprios agricultores – mulheres, homens e jovens – puderam articular suas perspectivas, necessidades e desejos. Suas organizações estão ganhando força e têm usado de modo eficaz os espaços criados durante o ano. É nossa esperança que esses processos de empoderamento continuem, questão de grande urgência uma vez que ainda permanecem áreas de grande preocupação. Somente poderemos celebrar verdadeiramente o poder dos agricultores familiares quando também garantirmos seus direitos, e quando for criado o espaço cultural, econômico e político para que eles usem sua força e escolham seus próprios caminhos para o desenvolvimento. Assegurar o acesso à terra e aos recursos naturais é uma questão fundamental, principalmente neste momento em que o processo de estrangeirização das terras acontece numa escala sem precedentes. Como essa síntese aponta, a implementação das Diretrizes Voluntárias sobre Governança Responsável da Posse da Terra, dos Recursos Pesqueiros e Florestais é crucial em todos os continentes. Contudo, um grande número de obstáculos ainda tem de ser superados antes que essas diretrizes possam oferecer benefícios práticos para as centenas de milhões de agricultores familiares.

Com um ambiente político facilitador, os agricultores familiares irão aumentar a segurança alimentar, nutricional e econômica e também ajudar a proteger a saúde dos solos, a restaurar a biodiversidade, a reciclar nutrientes, construir resiliência climática e economizar água. Políticas públicas voltadas para a agricultura familiar irão trazer ainda mais benefícios

se estiverem alinhadas com outras políticas que apoiem as práticas agroecológicas.

Melhorar a situação dos agricultores familiares em todo o mundo é uma questão extremamente urgente. E a produção de aproximadamente 70% dos alimentos em todo o mundo é um assunto que diz respeito a todos nós. Este relatório enfatiza alguns dos mais importantes avanços e propostas realizados durante o Ano Internacional da Agricultura Familiar. Que a luz deste ano continue a brilhar intensamente para o futuro dos agricultores familiares e de suas comunidades.

Edith van Walsum
Diretora
ILEIA

Ao redor do mundo, existem sinais de um maior **compromisso político para fortalecer a agricultura familiar**. Por exemplo, nas Iniciativas Regionais endossadas durante as Conferências Regionais de 2014 da FAO, três tinham como objetivo específico direto a agricultura familiar enquanto muitas das outras tratam do tema indiretamente. Um forte compromisso de apoio aos agricultores familiares também veio dos Chefes de Estado e Governos da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) reunidos em Havana, em Cuba, em janeiro de 2014, bem como da Declaração sobre a Agricultura Familiar adotada pelo Parlamento Latino-americano em 26 de agosto de 2014. Uma importante declaração de apoio à agricultura familiar veio dos 34 Ministros e representantes de alto nível bem como da FAO, reunidos em Paris em fevereiro de 2014 e da Conferência Ministerial para o Ano Internacional da Agricultura Familiar na Ásia e no Pacífico, que aconteceu em Chennai, Índia, em 7 de agosto de 2014. Na Declaração de Malabo adotada pela 23ª Assembleia da União Africana em junho de 2014, os estados africanos se comprometeram com forte apoio aos pequenos proprietários. Em setembro de 2014, o Senado Americano aprovou a Resolução 544, endossando o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF). E, finalmente, a agricultura familiar foi o tema central do Dia Mundial da Alimentação em 2014.

África

Diálogo Regional sobre Agricultura Familiar: Cidade do Cabo, 6 e 7 de novembro de 2013

Consulta à Sociedade Civil: Túnis, 21 e 22 de março de 2014

Conferência Regional: Túnis, 24 a 28 de março de 2014

Os agricultores familiares na África são cruciais para a segurança alimentar tanto hoje quanto no futuro. Algumas das famílias agricultoras mais marginalizadas e vulneráveis vivem na África Subsaariana. Contudo, como foi enfatizado nos diálogos da região, falta apoio aos agricultores familiares, eles se veem diante de políticas incoerentes e não têm direitos assegurados quanto ao acesso a seus recursos. Isso acontece especialmente com as mulheres – em geral subvalorizadas, embora sejam responsáveis pela maior parte do trabalho agrícola em muitas famílias africanas – e com a juventude – que não vê futuro na agricultura. São necessárias políticas que garantam o controle sobre recursos dos agricultores familiares, que facilitem a criação de suas organizações e que apoiem a juventude e as mulheres. Além disso, essas políticas devem ser desenvolvidas através de um processo que inclua a voz fortalecida dos próprios agricultores familiares.

Principais tendências da agricultura familiar

Diálogo Regional

Os estabelecimentos da agricultura familiar, definidos no Diálogo Regional como estabelecimentos que dependem do trabalho familiar, alimentam e empregam dois terços da população africana e cultivam 62 por cento da terra. Na África Subsaariana, aproximadamente 60 por cento dos estabelecimentos têm menos de um hectare e representam aproximadamente 20 por cento das terras agricultáveis. Além disso, 95 por cento dos estabelecimentos têm menos de cinco hectares e compõem a maior parte das terras agricultáveis na África Subsaariana.

Os agricultores familiares estão em toda a parte na vasta gama de produtos de alimentos na África: da criação de animais aos mais diversos tipos de cultivos, das culturas comerciais aos alimentos da cesta básica, e eles produzem tanto para a subsistência quanto para os mercados locais. Eles se utilizam, em sua maior parte, de práticas tradicionais da agricultura – muitos não usam irrigação, fertilizantes químicos ou sementes de variedades comerciais. Estes agricultores fa-





Senegal. Foto: Alfons Trigas Rodriguez

miliares também contribuem significativamente para a preservação dos ecossistemas e para a proteção ambiental.

De acordo com o relatório da FAO, *Estado da Alimentação e da Agricultura 2010-2011*, as **mulheres** compõem, em média, a maior parte da força de trabalho da agricultura na África Subsaariana. Mas, como apontaram os participantes do Diálogo, elas recebem menos que sua parte da renda e de outros benefícios. Em muitas socieda-

des, a terra é geralmente herdada pelos filhos homens, na maioria dos casos, o mais velho. Foi enfatizado que as mulheres são, em geral, desproporcionalmente sub-representadas nos processos de tomadas de decisão nas instituições da agricultura, mesmo naquelas organizações de agricultores que reivindicam defender seus interesses. Quanto aos jovens, foi observado que poucos querem permanecer na agricultura: muitos buscam carreiras fora do setor, mudando-se para as cidades.

O contexto dos agricultores africanos está **mudando rapidamente**. Os colaboradores do Diálogo contaram como os supermercados estão se expandindo no continente, a terra está sendo privatizada e os fluxos comerciais estão se intensificando, tanto interna como internacionalmente. A maioria dos países da África sofre com níveis inaceitáveis de fome e muitos são forçados a depender de ajuda ali-

Como as organizações de agricultores podem apoiar efetivamente a agricultura familiar:

- defesa e garantia dos interesses dos agricultores nas políticas, legislações, programas e recursos financeiros, além da proteção dos direitos da agricultura familiar;
- garantia da quantidade e qualidade de produção;
- facilitação do processo pós-colheita, incluindo o processamento, armazenagem e comercialização da produção;
- ajuda no desenvolvimento de estratégias de comunicação para os agricultores familiares, servindo como meio para a mobilização e sensibilização dos agricultores;
- facilitação da mobilização dos recursos financeiros, das tecnologias, dos recursos humanos e dos insumos;
- estabelecimento de parcerias entre atores e colaboradores ao longo das cadeias de valor; e
- desenvolvimento de programas, influenciando políticas para tornar a agricultura mais atrativa para os jovens e promovendo a liderança jovem na agricultura.

Boas práticas

Os participantes no Diálogo Regional notaram casos de sucesso na África. Entre eles, a manutenção de pequenas propriedades especializadas em diversas variedades tradicionais de café na **Etiópia**, o apoio à agricultura orgânica na **Namíbia**, o crescimento acelerado na produtividade agrícola através da profissionalização do setor agrícola em **Ruanda**, os arranjos integrados para a gestão participativa do espaço rural no **Mali** e o sucesso crescente na aproximação entre consumidores e agricultores familiares em **Uganda**.

Entretanto, os participantes notaram que enquanto alguns desses casos bem sucedidos acontecem em escala nacional, muitos permanecem como ideias-piloto que só podem atingir resultados significativos quando alcançam uma escala maior. A África pode se dizer realmente vitoriosa, disseram eles, quando as famílias agricultoras estiverem trabalhando e vivendo em boas condições em todos os países de modo a transformar a África em um continente de plenitude, com excedentes e lucros sustentados e prosperidade rural.

Muitas experiências positivas foram compartilhadas na Conferência Regional. Por exemplo, na **Argélia**, um bilhão de dólares em financiamento está sendo alocado para jovens estudantes do ensino agrícola e 43.000 hectares de terra estão sendo assegurados para eles. No primeiro ano, são financiamentos sem juros e, após esse período, a taxa de juros é ajustada em 3% durante dez anos. “Isso contribui para que a juventude rural estabeleça seus empreendimentos agroalimentares – 6.500 estabelecimentos foram criados com apoio destes empréstimos. Vemos isso como um modelo para que outros países ajudem seus jovens a voltarem para a agricultura”.



mentar internacional ou importações onerosas de alimentos, ração e fibras.

As discussões no Diálogo enfatizaram a forma com que os governos africanos tenderam a adotar soluções de “medidas iguais para todos” sugeridas por seus parceiros de desenvolvimento estrangeiros. Os participantes concordaram que essas abordagens padronizadas do desenvolvimento rural (como prescrições de Ajustes Estruturais) não foram bem sucedidas frente à diversidade dos agricultores familiares. Eles pediram o reconhecimento da grande diversidade africana, reivindicando **políticas públicas individuais para cada país**: políticas adaptadas às circunstâncias específicas de cada país, mas baseadas em bons princípios gerais e com um forte comprometimento com os agricultores familiares.

O papel das **organizações de agricultores** e outras organizações de pares nos campos da agricultura, recursos florestais, criação de animais e da pesca também foi enfatizado. Essas organizações não somente podem contribuir para que os agricultores familiares recebam serviços de apoio mais efetivos, mas também podem facilitar o apoio mútuo, articulando conjuntamente propostas para os governos e defendendo políticas mais eficientes.

O Diálogo Africano concluiu que os agricultores familiares podem e devem ter um papel central no alcance de um futuro sustentável para a agricultura, na erradicação da fome e da pobreza, na conquista de coesão

social, no uso e emprego sustentáveis dos recursos naturais.

Consulta à sociedade civil

Estas conclusões ecoaram na Consulta às Organizações da Sociedade da Civil (OSC) em Túnis. Elizabeth Atangana, da Organização Pan-Africana de Agricultores, inicialmente expressou apreço à FAO pela implementação do Ano Internacional da Agricultura Familiar – AIAF 2014 e elogiou a União Africana por fazer de 2014 o Ano da Agricultura. Para ela, “os agricultores familiares são produtores de alimentos há muitos anos, mas ninguém havia pensado em reconhecer sua importância. Como o setor agrícola emprega a maioria da população rural na África, especialmente as mulheres e os jovens, já era tempo de investir nos agricultores familiares holisticamente”.

As OSC participantes notaram que os agricultores familiares na África enfrentam programas, projetos e **políticas inconsistentes ou mal implementadas**, seja em nível local, nacional, regional ou continental. Elas enfatizaram como isso compromete a segurança alimentar e nutricional e a redução da pobreza. Apontando para o histórico de resultados variados dos compromissos de Maputo após 11 anos e a baixa implementação do Programa Geral de Desenvolvimento da Agricultura Africana (CAADP), as organizações argumentaram que mesmo os mecanismos e ferramentas de crédito voltados para as necessidades e

realidades dos estabelecimentos familiares não conseguiram proporcionar benefícios. Elas acrescentaram que uma das razões para este quadro pode ser explicada pelo fato de que a alocação de fundos para a agricultura industrial por meio de parcerias público-privadas nem sempre é um instrumento adequado para apoiar a agricultura familiar.

Além disso, os participantes apontaram que as necessidades dos **jovens** são raramente tratadas através das políticas públicas já que em muitos países africanos os quadros regulatórios são enfraquecidos e não apoiam projetos da agricultura para jovens. O acesso à terra e as necessidades de segurança da posse são insuficientemente integradas. Deficiências similares também podem ser vistas em relação ao acesso a políticas por grupos vulneráveis como as mulheres e povos indígenas.

Conferência Regional

O Ministro da Agricultura da Tunísia também ressaltou a urgência dos investimentos na juventude durante a Conferência Regional em Túnis: “para combater a fome na África, os governos devem apoiar os jovens e os pequenos agricultores para fazer da agricultura um empreendimento mais atrativo”. Ele também destacou a necessidade de aumentar a produtividade agrícola, apoiando os pequenos agricultores com financiamento com baixas taxas de juros. Finalizou com um apelo pela inclusão dos agriculto-

res nas tomadas de decisão: “os pequenos agricultores protegem os recursos naturais e a biodiversidade. Eles farão isso de maneira mais efetiva quando estiverem envolvidos nas tomadas de decisão no campo da agricultura”.

Recomendações de política

Diálogo Regional

Os participantes do Diálogo Regional concluíram que a maior ambição do continente africano é a capacidade de fornecer seus próprios alimentos e contribuir para a segurança alimentar global. Para alcançar esse objetivo é necessário um setor da agricultura familiar mais produtivo, capaz de combater a pobreza e a fome e engajar homens, mulheres e gerações futuras de modo efetivo.

Os participantes do Diálogo solicitaram à FAO que reconheça e **apoie a agricultura familiar como um modelo sustentável** para alimentar o mundo. Os programas e políticas públicas são necessários para que agricultores possam aumentar a produção na medida em que assegurem a transferência do patrimônio familiar, mantendo a herança cultural, garantindo a integridade territorial e da paisagem e contribuindo para a coesão das comunidades. Essas medidas incluem melhorar o acesso ao financiamento assegurado (de fontes públicas e de atividades agrícolas), garantir que mercados permitam a lucratividade da atividade agrícola e apoiar o desenvolvimento tecnológico das famílias agricultoras.

Educação qualificada e conhecimento foram identificados como componentes necessários para apoiar os agricultores familiares em sua adaptação frente a um mundo em urbanização e globalização, cada vez mais competitivo, onde as cadeias de mer-

cados têm ganhado muito poder.

O Diálogo também pediu programas específicos para o empoderamento das mulheres e para a redução ou eliminação da discriminação no acesso à terra e outros recursos, incluindo conhecimento. Isso pode ser feito através do investimento em tecnologias – que diminuem o trabalho e aumentam a produtividade – e em infraestrutura, permitindo com que as mulheres tenham mais tempo para se dedicar a outras atividades produtivas, além de facilitar a participação das mulheres em mercados de trabalho rural flexíveis, eficientes e justos. Foi feita uma recomendação para que a FAO e a União Africana (UA) cooperem com governos africanos para implementar as Diretrizes Voluntárias da Posse da Terra e as Diretrizes da UA relacionadas à posse da terra. Programas específicos também são necessários para tornar a agricultura atrativa para os jovens.

Finalmente, os participantes enfatizaram que os produtores precisam se organizar para que sejam capazes de se ajudar mutuamente. Eles solicitaram à FAO que inclua organizações de agricultores em suas consultas sobre a agricultura familiar, junto dos respectivos ministérios.

Consulta à sociedade civil

Esse chamado foi repetido por Elisabeth Atangana na abertura da consulta à sociedade civil. Ela pediu que a FAO tenha um papel crucial no incentivo aos governos para que **incluam os agricultores na tomada de decisões** da política agrícolas, desde sua formu-



Quênia. Foto: Rose Ogala

De maneira semelhante, o representante do **Sudão** contou como o país conseguiu criar a união nacional dos jovens agricultores, de forma que agora podem alcançar um número maior de jovens. A **Tunísia**, país anfitrião, apresentou o caso de jovens recém-formados que receberam tecnologia adequada, permitindo com que criassem estabelecimentos agrícolas, com criação de animais e aquicultura. O delegado da **República do Congo** explicou como o governo construiu casas para os agricultores familiares de modo a melhorar suas condições de vida. Idudu Pascali, presidente de uma cooperativa de **Burkina Faso**, contou que os recursos recebidos da FAO estão sendo usados para desenvolver sistemas de irrigação, infraestrutura e mercados para agricultores familiares. A **Tunísia** enfatizou seu investimento na proteção de recursos naturais e a criação de sistemas de aviso prévio das mudanças e flutuações climáticas. **Moçambique** contou que o país tem reduzido a pobreza desde 2009 investindo em pequenos agricultores e suas organizações através de projetos relacionados com frutas, abelhas, árvores e culturas agrícolas de valor elevado. Os pequenos agricultores de Moçambique podem acessar o crédito comercial se eles receberem uma recomendação do governo que funciona como garantia.



Etópia. Foto: Alima Paul-Bossuet

lação ao estágio de implementação. “A África pode se alimentar porque temos terra e água o suficiente. O que está faltando é o compromisso de nossos governos de trabalharem de mãos dadas com todos os atores incluindo a sociedade civil. Mas as vozes dos produtores de alimentos são cruciais. Tem sido dada muita atenção à agricultura industrial, o que acabou arruinando a biodiversidade, poluindo as águas e degradando nossos solos. Eu cumprimento os pequenos agricultores e suas organizações que garantem a visibilidade dessas questões. Eu encorajo todos vocês a continuarem pressionando nossos governos porque isso irá ajudar a melhorar os modos de vida dos agricultores familiares em todos os setores”.

Uma das principais conclusões da consulta às OSC foi de que se deve adotar políticas e financiamento consistentes que promovam a **integração dos jovens na agricultura**. A educação vocacional deve ser projetada com foco na agricultura e no empreendedorismo da juventude rural onde não existem programas e onde aqueles existentes devem ser consolidados. Além disso, as OSCs recomendaram um mecanismo inclusivo de diálogo que envolva governos, organizações da juventude e outros atores.

As OSCs também solicitaram maior apoio aos estabelecimentos familiares no contexto do CAADP para garantir sua sustentabilidade a longo prazo. Elas pediram o aumento do financiamento e o envolvimento dos agricultores familiares em todo o processo para

responder às suas necessidades e preocupações. Elas recomendaram que a gestão dos recursos naturais deva ser feita pelos produtores de alimentos, guiados por **políticas diferenciadas para a agricultura familiar**. As abordagens da cadeia de valor e as políticas devem ser inclusivas com o apoio à agricultura familiar como prioridade. O acesso dos agricultores familiares ao financiamento não deve ser dificultado pela burocracia e as instituições financeiras devem parar de ver os agricultores familiares como um investimento de risco.

As OSCs incentivaram seus governos a implementar as **recomendações do Comitê de Segurança Alimentar**. Fizeram menção específica à necessidade de implementar as Diretrizes Voluntárias sobre Governança Responsável da Posse da Terra, dos Recursos Pesqueiros e Florestais envolvendo todos os atores, com atenção específica aos pequenos produtores e jovens agricultores. As organizações condenaram fortemente a estrangeirização das terras e o apoio a empresas agricultura industrial. Elas demandam uma moratória à produção industrial de agrocombustíveis no continente.

Finalmente, as organizações recomendaram que a descentralização dos processos da FAO aconteça de maneira inclusiva, transparente e consistente. Os programas e políticas do escritório regional devem ser definidos através do diálogo com todos os atores, incluindo as organizações de agricultores familiares e pescadores.

Conferência Regional

Bukar Tijani, Diretor-Geral Assistente, disse na Conferência Regional que os pequenos agricultores e os agricultores familiares devem ser o principal foco no desenvolvimento da agricultura no continente. Ele acrescentou que “a FAO fará o necessário para apoiar iniciativas dos governos para que invistam na pequena agricultura e na agricultura familiar para garantir a segurança alimentar e nutricional no continente”.

A Conferência Regional recomendou que os governos tornem a agricultura mais atrativa para os jovens e criem um **ambiente favorável para a juventude** dentro dos programas e políticas agrícolas de desenvolvimento rural. Isso deve incluir o acesso dos jovens aos recursos produtivos, especialmente a terra e recursos financeiros. Eles também recomendaram que as políticas incentivem a transformação rural e os investimentos nas habilidades empreendedoras, vocacionais e técnicas dos jovens. Isso deve incluir o desenvolvimento de atividades em toda a cadeia de valores agrícola que incentivarão os jovens a se engajar e permanecer na agricultura. Finalmente, eles pediram mais facilitação do engajamento da juventude em programas de desenvolvimento agrícola e na tomada de decisões.

Em relação ao CAADP, a Conferência Regional recomendou que os governos africanos integrem de modo efetivo objetivos de nutrição nos planos do setor agrícola. Eles sugeriram que as restrições à produtividade, renda e segurança alimentar dos agricultores familiares sejam debatidas e corrigidas, preferivelmente através de apoio a organizações e cooperativas dos agricultores e do investimento sustentado na pesquisa agrícola. Programas de proteção social e instrumentos de gestão de risco para os agricultores familiares devem ser criados para fomentar a resiliência. Além disso, foi enfatizado que esforços nacionais e regionais sejam fortalecidos para melhorar a formulação e implementação de enquadramentos legais sobre posse da terra. ■

Ásia-Pacífico

Diálogo Regional sobre Agricultura Familiar: Bangkok, 21 e 22 de novembro de 2013

Consulta à Sociedade Civil: Ulaanbaatar, 8 e 9 de março de 2014

Conferência Regional: Ulaanbaatar, 10 a 14 de março de 2014

Na região da Ásia e do Pacífico, marcada pela enorme diversidade, os agricultores familiares enfrentam a falta de suporte público e políticas desfavoráveis. Muitos têm sido removidos e são ameaçados pelas mudanças climáticas. Contudo, existem vários exemplos de agricultores familiares que se uniram para fortalecer seus sistemas agrícolas e suas vozes. As políticas públicas podem ter um papel no apoio a esses agricultores protegendo os direitos das famílias agricultoras – especialmente das mulheres e dos povos da floresta – e garantindo a estabilidade dos preços dos alimentos. Os atores da região fizeram um chamado claro por maior envolvimento dos agricultores familiares nas políticas e na pesquisa e extensão.

Principais tendências da agricultura familiar

Diálogo Regional

Frequentemente se afirma que a região Ásia-Pacífico é o lar global de agricultores familiares com pequenas propriedades. A região abriga 60 por cento da população mundial e 70 por cento de seus agricultores familiares. E os pequenos produtores de alimentos, agricultores, pescadores e criadores de animais produzem 80 por cento dos alimentos da região. Os participantes do Diálogo Regional notaram que a agricultura familiar da região da Ásia-Pacífico é tão diversa que é difícil formular uma definição simples e abrangente de seu significado. Os apresentadores na conferência a descreveram como familiar e de pequena escala – com variações quanto ao número de membros da família trabalhando em tempo integral e com apoio de mão de obra extrafamiliar – a pequenos agricultores que cultivam para subsistência.

Várias intervenções no Diálogo enfatizaram como os agricultores familiares da região contribuem com o desenvolvimento dos mercados locais, com a cooperação e resiliência no nível das comunidades e, em última instância, com o produto interno bruto dos países. Os agricultores familiares ajudam também a preservar as tradições locais, sistemas alimentares, o



Vietnã. Foto: Truong Minh Dien



patrimônio cultural, bem como os ecossistemas das comunidades e as paisagens rurais.

A aquicultura é importante na região – entre 80 e 90 por cento dos estabelecimentos de aquicultura na Ásia são familiares. Estes estabelecimentos variam em tamanho, tipos de cultivos e nos papéis de gênero neles assumidos. Foi enfatizado que as mulheres representam um papel majoritário na maior parte da agricultura familiar, embora isso seja pouco reconhecido. Elas contribuem com até 85 por cento do trabalho nos estabelecimentos familiares, mas recebem menos de 20 por cento da renda da agricultura familiar – somente dois por cento possuem bens. **As mulheres rurais, especialmente, permanecem invisíveis, subvalorizadas e não reconhecidas.** Elas têm acesso e controle desiguais sobre os recursos, apesar de seus papéis como agricultoras, guardiãs de sementes, lideranças comunitárias e gestoras familiares.

Em geral, segundo os participantes, os agricultores familiares não recebem apoio adequado, têm políticas desfavoráveis e não têm acesso a mercados, bens, sementes e tecnologia. Além de tudo isso, eles enfrentam a emergência das mudanças ambientais causada pelas mudanças climáticas, enchentes, doenças e pragas.

As famílias agricultoras em pequenas propriedades na região enfrentam enormes desafios em razão da rápida globalização do setor alimentar e das ameaças da agricultura comercial de

grande escala e das indústrias extrativas. Os participantes apontaram que a **liberalização, a privatização e a desregulamentação das práticas comerciais têm impactos negativos** para os agricultores familiares. Esses processos reduziram as capacidades dos países e dos povos de garantir a produção autossuficiente de alimentos e *“aumentaram os impactos da fome, pobreza, má nutrição, além de contribuírem para a remoção, perda das terras, dos meios de vida e renda, e o contingenciamento dos direitos dos pequenos produtores de alimentos e dos consumidores”*. Muitos pequenos agricultores e criadores são vítimas da falta de terras, sendo removidos de suas áreas pelos grandes projetos de infraestrutura e mineração e pela estrangeirização das terras. Não há uma verdadeira reforma agrária. Os direitos de posse da terra dos povos indígenas que são críticos para sua sobrevivência e modos de vida ainda não estão sendo reconhecidos.

Além disso, os trabalhadores do campo enfrentam salários baixos, insegurança trabalhista e condições perigosas de trabalho. Pescadores e trabalhadores da pesca, incluindo as mulheres, estão sendo marginalizados devido à expansão das indústrias pesqueiras. Suas necessidades de acesso aos recursos pesqueiros têm sido ignoradas e as práticas de processamento e comercialização não são apoiadas. Ademais, a saúde dos ecossistemas aquáticos e a biodiversidade não são protegidas.

A região também enfrenta **mudanças nas estruturas populacionais.** A

Boas Práticas

Vários exemplos de boas práticas foram apresentados no Diálogo Regional. Entre eles, experiências bem sucedidas de cooperativas e de grupos de autoajuda de mulheres, bem como os grupos de interesse e pressão. Estes representaram os modelos principais de organização coletiva para fortalecer os papéis e contribuições dos agricultores familiares. Os *policy makers* foram incentivados a apoiar esses modelos, facilitando a ampliação de escalas de experiências locais bem sucedidas e de outros esforços coletivos para que eles tenham um impacto maior.

Um exemplo particularmente bem sucedido de ampliação de escalas foi apresentado por Chhaya Bhavsar, da Associação de Mulheres Autoempregadas (SEWA, na sigla em inglês) na Índia. Ela mostrou como a “Campanha pela Agricultura Sustentável” de sua organização fornece um **modelo eficiente para empoderar as mulheres agricultoras** aumentando sua força coletiva e o poder de negociação. A SEWA trabalhou com mulheres agricultoras, ajudando-as a iniciar suas próprias organizações, e ‘educou as educadoras’ em temas como comercialização, desenvolvimento organizacional e acesso a crédito. Dessa forma, a SEWA montou um grupo de mulheres educadoras da agricultura no nível local. Atualmente, essas mulheres abriram escolas agrícolas para oferecer conhecimento e treinamento para outras agricultoras locais, aumentando seu acesso a serviços de comercialização e de crédito, ferramentas e tecnologia, e espaços de processamento para seus produtos. Essa abordagem integrada também eliminou o papel de intermediários. A campanha começou inicialmente em Gujarat e já foi replicada em 14 outros estados indianos, alcançando mais de cinco milhões de agricultoras em escala nacional.

Baseada em seu sucesso inicial, a SEWA sentiu a necessidade de uma plataforma de aprendizado e

população rural está envelhecendo e os homens e a jovens agricultores estão migrando, abandonando um número cada vez maior de idosos e mulheres. Os participantes do Diálogo ouviram muitos casos de moradores de áreas rurais que, sem perspectiva de trabalho ou opções de ganhar a vida no campo, são forçados a migrar para as cidades. Os jovens que estão abandonando os estabelecimentos familiares não querem continuar a ter o que eles percebem como ‘uma vida miserável’, nas palavras de um dos participantes. Ao invés disso, eles buscam empregos na indústria, tecnologia da informação, turismo (com seus dólares americanos), e demais trabalhos orientados para estilos de vida ‘sofisticados’.

Também se concordou, contudo, que avaliações mais detalhadas são necessárias para entender a situação dos agricultores familiares de pequena escala marginalizados, especialmente sobre os contextos de relações de poder, estruturas e equidade específicos de cada país na região.

Conferência Regional

Os delegados da Conferência Regional notaram que mesmo que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio sejam alcançados em 2015 na Ásia e no Pacífico, mais de meio bilhão de pessoas que vivem na região ainda estarão subnutridas. Alcançar condições de segurança alimentar na região Ásia-Pacífico, aumentando a produtividade das propriedades familiares, e diminuir a pobreza ao mesmo tempo em que se protegem os recursos naturais da região foram identificados como os maiores desafios.

Recomendações de política

Diálogo Regional

As ações prioritárias e principais recomendações formuladas no Diálogo Regional poderiam, se implementadas, ter papel significativo na criação de condições para que a agricultura familiar possa prosperar, florescer, ganhar dignidade, tornar-se autossufi-

intercâmbio de conhecimentos nacional para agricultoras marginalizadas e criou a Associação de Todas as Agricultoras Indianas, uma rede nacional de mulheres agricultoras. Esse conceito já foi replicado no Nepal, no Sri Lanka e em Bangladesh como um “Fórum das Agricultoras”. Agricultoras de 2400 aldeias distribuídas pelos três países e 11 estados indianos atualmente compartilham suas questões e boas práticas usando o Fórum. Isso as empoderou de diferentes maneiras, fortalecendo os sistemas de produção, melhorando seus modos de vida e aumentando sua visibilidade, voz e representação nos processos locais e nacionais de formulação de políticas.

ciente e contribuir para a sociedade como um todo. Como afirmou Esther Penunia, da Associação dos Agricultores Asiáticos e embaixadora do AIAF, *“queremos melhorar as condições dos agricultores familiares para que eles possam ter uma verdadeira dignidade e orgulho de serem agricultores familiares... E para que a geração mais jovem possa continuar na agricultura familiar, reduzindo, assim, a pobreza e aumentando a segurança alimentar e nutricional”*.

De acordo com as organizações da sociedade civil participantes, as políticas que apoiam a soberania alimentar são elementos chave para ajudar a alcançar a segurança alimentar e a erradicação da fome e da pobreza já que ela *“reconhece e defende os direitos dos povos de decidirem sobre suas políticas agrícolas e alimentares e o direito de desenvolver ecológica, social, econômica e culturalmente sistemas alimentares adequados”*. Outra recomendação importante do Diálogo foi o chamado urgente por **reformas dos marcos legais e de políticas** para responder aos grandes obstáculos causados por políticas comerciais macroeconômicas desfavoráveis ao potencial dos agricultores familiares.

Outra prioridade identificada no Diálogo é o fortalecimento da tomada



Mongólia Foto: Erdensbileg Oigjit



de decisões dos agricultores familiares nos programas e políticas públicas nos níveis regional e nacional por meio de suas organizações. Os participantes afirmaram que a FAO e o FIDA têm um papel importante no incentivo junto aos governos para que as organizações da agricultura familiar sejam incluídas nesses processos. Jean Philippe Audinet, representante do FIDA, concordou e propôs que as recomendações do Ano Internacional da Agricultura Familiar sejam incorporadas na Consulta Global para Investimento Responsável na Agricultura.

Os participantes ressaltaram a necessidade de se esclarecer e fortalecer os papéis respectivos dos governos, organizações e cooperativas de produtores, sociedade civil e setor privado no cumprimento dos serviços agrícolas e no fortalecimento da agricultura familiar. Foram enfatizados os programas de desenvolvimento de capacidades com base na agricultura familiar em questões como **adaptação às mudanças climáticas, gestão de riscos e resposta a desastres, agregação de valor e a influência e engajamento no diálogo político**. Também foi recomendado que as organizações de produtores desenvolvam atividades de geração de renda que permitam com que os agricultores sejam mais independentes e caminhem rumo à autossustentação.

O Diálogo teve como proposta a coleta de dados específicos sobre a agricultura familiar de cada país, incluindo os papéis e estruturas das organizações de agricultores. Uma das estratégias recomendadas pelos participantes do Diálogo foi o **apoio a redes existentes das organizações dos agricultores** e estratégias que causam im-

pactos sobre a agricultura familiar. Uma das sugestões para isso foi a inclusão de mais organizações e lideranças de agricultores nas atividades do AIAF e torná-las mais ilustrativas organizando, por exemplo, visitas de campo. Finalmente, eles também enfatizaram a necessidade de uma **estratégia de longo prazo** de apoio aos agricultores familiares, talvez na forma de uma Década Internacional da Agricultura Familiar.

Consulta à sociedade civil

A comunidade de OSCs da região Ásia-Pacífico sublinhou o apelo por uma **reforma** agrária, aquática e das áreas de floresta e pastoreio genuína. Esta reforma deve incorporar o direito de acesso aos recursos, incluindo os direitos das mulheres, e a proteção de territórios ancestrais dos agricultores familiares. Junto disso, **práticas de cultivos, criação e pesca diversificadas, agroecológicas e integradas** devem ser promovidas para proteger os direitos tradicionais, saberes e conhecimentos locais dos povos, e para fornecer as bases para a resiliência climática. Os governos devem incorporar o princípio do **Consentimento Livre, Prévio e Informado** em suas leis e regulações.

As organizações participantes argumentaram ainda que para salvaguardar o direito humano à alimentação adequada e para fortalecer os modos de vida dos agricultores familiares, as tecnologias empresariais como as sementes geneticamente modificadas, pesticidas perigosos e a produção industrial de agrocombustíveis não devem mais ser promovidas. Ao invés disso, eles recomendaram o **treinamento, o desenvolvimento de tecnologias e pes-**

quisa e extensão liderados por agricultores bem como o desenvolvimento de mercados locais e ocupações que são adequados para pequenos produtores de alimentos, em especial as mulheres rurais.

Eles também pediram que os governos implementem leis e mecanismos que ofereçam **preços estáveis e acessíveis** para os alimentos básicos. Também pediram apoio na **construção de capacidades** dos pequenos produtores de alimentos para que criem organizações que lhes permitam usar economias de escala e conseguir maior poder de negociação.

A sociedade civil também formulou uma série de recomendações para a FAO. Elas solicitam que a FAO garanta **participação significativa dos movimentos sociais e OSCs** na formulação, implementação e monitoramento das políticas e diretrizes. As Diretrizes Voluntárias sobre Governança Responsável da Posse da Terra, dos Recursos Pesqueiros e Florestais foram especificamente enfatizadas. As OSCs solicitam que a FAO garanta que os Princípios para Investimento Responsável na Agricultura incluam o papel central dos agricultores familiares na produção de alimentos e o papel de principais investidores na agricultura, além de solicitar a proteção de seus direitos.

Os povos da floresta receberam atenção específica. Foi recomendado que a FAO os reconheça como produtores de alimentos bem como protetores das florestas e dos recursos naturais. A FAO deve



apoiar as iniciativas dos moradores das florestas de mitigação das mudanças climáticas e os projetos para restauração das florestas e reflorestamento devem ser feitos de modo com que respeitem os habitantes das florestas e suas gerações futuras.

Por último, as OSCs recomendaram que a FAO dê **continuidade ao diálogo sobre o conceito de agricultura familiar** considerando os diferentes contextos dos pequenos produtores de alimentos. Elas propuseram que a FAO estabeleça comitês nacionais liderados por agricultores e que inicie políticas e programas que beneficiem os pequenos produtores de alimentos e suas comunidades. Os participantes da sociedade civil se comprometeram a trabalhar junto com a FAO, os governos e outras instituições internacionais para suprir as necessidades dos pequenos produtores de alimentos e suas aspirações pela soberania alimentar.

Conferência Regional

A Conferência Regional reconheceu que uma transição para a produção agrícola sustentável deve focar no apoio ao fortalecimen-



Filipinas. Foto: Irvin Jethro Velas

to dos agricultores familiares e comunidades rurais e responder a questões chave da sustentabilidade em relação à gestão dos recursos terrestres e aquáticos. Reconhecendo a **multifuncionalidade da agricultura familiar**, a conferência enfatizou a importância de aumentar as oportunidades de geração de renda nas áreas rurais, incluindo as rendas não agrícolas, como o agroturismo e pagamentos por serviços ambientais específicos. Os delegados reconheceram que as discussões sobre o futuro da agricultura e o cumprimento das aspirações dos agricultores devem incluir mais do que os setores agrícolas e de recursos naturais. Elas também devem incluir, de início, questões relacionadas à urbanização, infraestrutura rural, cultura e conhecimentos tradicionais e locais, educação e serviços de apoio aos jovens.

A conferência também propôs que a FAO assista os países membros na criação de oportunidades e recursos para as mulheres e jovens e promova os recursos alimentares subutilizados. Ela recomendou trabalho analítico e no campo das políticas para melhorar a **segurança alimentar e nutricional**, promovendo ligações entre programas de pro-

teção social e o setor agrícola para tornar os agricultores familiares mais produtivos e resilientes.

Em relação aos povos da floresta, a conferência enfatizou os diversos benefícios ambientais, sociais e econômicos que podem incorrer da recuperação eficaz das florestas e pastagens, sublinhando a necessidade de **salvaguardas que garantam que as atividades de recuperação protejam e aumentem a biodiversidade e respeitem os direitos e interesses dos povos locais**, especialmente povos indígenas e habitantes tradicionais das florestas e pradarias. Sobre isso, estimulou-se a ação coletiva de países membros, da FAO e de outros parceiros de desenvolvimento para que o ritmo das recuperações na região seja acelerado, acompanhado da garantia dos direitos de posse.

A conferência incentivou os países membros a facilitar **os diálogos multissetoriais ampliados sobre políticas públicas voltadas à redução da pobreza rural** e as perspectivas de longo prazo para a agricultura, especialmente em relação aos agricultores familiares. Foi enfatizado que a FAO e os países membros usem o Ano Internacional da Agricultura Familiar como uma oportunidade para facilitar e o diálogo político, incluindo a criação de mecanismos de longo prazo nacionais para seguimento das ações, tais como Comitês Nacionais. ■



Mianmar. Foto: Kyaw Kyaw Winn

Europa e Ásia Central

Diálogo Regional sobre Agricultura Familiar: Bruxelas, 11 e 12 de dezembro de 2013

Consulta à Sociedade Civil: Bucareste, 29 e 30 de março de 2014

Conferência Regional: Bucareste, 2 e 3 de abril de 2014

Os estabelecimentos da agricultura familiar representam a maior parte dos estabelecimentos agrícolas europeus e são os maiores investidores na agricultura e na produção de alimentos. Contudo, eles estão tentando sobreviver num contexto de envelhecimento da população rural e de políticas que favorecem as grandes propriedades empresariais e os acordos de livre comércio. Ao mesmo tempo, existem diversos exemplos que demonstram a resiliência e capacidade produtiva da agricultura familiar, geralmente fortalecidas pelas organizações dos agricultores e pelos sistemas alimentares regionais. Entre as recomendações da região estão o redirecionamento dos investimentos públicos e de conhecimento para a agricultura familiar e suas necessidades e a remoção de entraves para que ela possa “aumentar a produtividade e gerar ainda mais ocupações nas áreas rurais”.

Principais tendências da agricultura familiar

Diálogo Regional

Os estabelecimentos da agricultura familiar foram definidos no Diálogo Regional como aqueles que apresentam parcela elevada de mão de obra familiar, onde a família tem controle da gestão e onde a continuidade da agricultura é assegurada através da sucessão intergeracional. Os estabelecimentos da agricultura familiar na União Europeia, excetuando o caso francês, representam mais de 85 por cento de todos os estabelecimentos. Entre 30 e 50 por cento da população vive em áreas rurais – quase 60 por cento na Ásia Central – e a maioria dessas pessoas estão envolvidas predominantemente na agricultura familiar. Muitos dos estabelecimentos **pertencem à mesma família há bastante tempo** e há um apego cultural à terra. Os estabelecimentos são de diferentes tipos e extensão, com agricultores trabalhando em tempo integral ou parcial, apresentando diferentes tipos de fonte de renda. Alguns são especializados em operações empresariais,



outros são de semissubsistência. Na União Europeia, a agricultura de semissubsistência está mais concentrada nos novos países membros e na Grécia, Itália e Portugal. Em alguns países da Europa Oriental e Central, uma grande parcela da **terra está concentrada** nas cooperativas de produção e na agricultura empresarial resultante das reformas agrárias pós-comunistas.

O Diálogo enfatizou que os papéis representados pelos agricultores familiares e os desafios que enfrentam são parecidos àqueles de outras regiões do mundo. Entre estes, destacam-se **as políticas que favorecem os grandes estabelecimentos da agricultura empresarial**, geralmente influenciadas pelas multinacionais. Uma dificuldade para muitos agricultores familiares são **normas sanitárias e padrões de qualidade**, geralmente projetados para a agricultura industrial e não para as realidades da agricultura familiar. Combinadas, as políticas, normas e padrões dificultam a continuidade da produção da agricultura familiar. Isso leva ao afastamento dos jovens e mulheres do processo de produção de alimentos, fazendo com que os estabelecimentos empresariais, financiados por investidores estrangeiros, assumam

as terras.

Consulta à sociedade civil

As qualidades da agricultura familiar também foram enfatizadas na consulta à sociedade civil. Um representante da organização camponesa Alburnus Maior explicou que quando a crise financeira atingiu a Romênia, os menos afetados foram os agricultores familiares que não eram tão dependentes dos mercados internacionais. Ele também falou do potencial produtivo dos agricultores familiares: “Se nos permitirem, nós, os camponeses, podemos produzir alimentos para toda a humanidade. Mas precisamos de segurança no acesso à nossa terra. Em Rosia Montana, onde vivo, senti na pele o que significa quando alguém chega e toma seu território para a mineração”.

Outros representantes compartilharam preocupações, especialmente em relação ao acesso à terra, crédito, insumos e recursos naturais. Essas eram bastante contundentes principalmente em relação aos **jovens**. Na Europa, os participantes notaram, somente 7 por cento dos agricultores têm menos de 35 anos.

Os chamados ‘acordos de livre comércio’ foram destacados como uma ameaça. As organizações argumenta-

ram que os acordos são formulados de maneira obscura e não democrática, tendo efeitos negativos em pequenos e médios agricultores e nos padrões alimentares, enquanto a indústria processadora de alimentos, os comerciantes de commodities e as empresas transnacionais são os únicos que se beneficiam. Elas enfatizaram que, no fim das contas, **os agricultores familiares são os que mais investem** na agricultura e na produção de alimentos, oferecendo não só alimentos como também ocupação: “*Os programas de inovação não devem ser geridos integralmente pelo setor privado. Os agricultores familiares e camponeses devem ser incluídos nesses programas porque são eles os verdadeiros investidores. Uma das iniciativas lideradas pelo setor privado, a Agricultura Climaticamente Inteligente, não é a solução. Essa agricultura com elevado nível de insumos não é eficiente, torna os agricultores dependentes e degrada os solos e a água. As verdadeiras respostas à crise climática e ao desperdício e perda de alimentos estão na produção agroecológica, com rendimentos elevados, comunidades rurais vigorosas, com biodiversidade e água e solos saudáveis*”.

Observou-se que a comemoração do Ano Internacional da Agricultura Fa-



Itália. Foto: Martina Thaler

miliar está em oposição direta às políticas comerciais atuais. “*Diversas políticas atuais, incluindo aquelas promovidas pela Organização Mundial do Comércio e adotadas nos acordos de livre comércio, levaram à remoção dos agricultores familiares e camponeses. É necessário um marco político que permita com que os estabelecimentos familiares produzam de modo a conseguir melhor remuneração e preços justos por seus produtos.*”

Conferência Regional

Na abertura da Conferência Regional foi apresentada a singularidade e importância da agricultura familiar. O delegado austríaco apontou que “os agricultores familiares são uma unidade social e econômica. Em geral, três gerações vivem sob o mesmo teto e trabalham juntos, ao contrário da agricultura industrial. Os agricultores familiares se responsabilizam por sua produção, produzem de modo sustentável, preservam o patrimônio cultural e conservam as paisagens”. O representante suíço afirmou que “a agricultura familiar é a espinha dorsal de nossa agricultura. Todas as nossas políticas agrícolas são inspiradas na agricultura familiar e na diversificação da produção”. A agricultura familiar também é um setor dinâmico na Bielorrússia. O delegado daquele país contou que 2.500 famílias fornecem 60 por cento da produção agrária do país, produzindo tanto para a comercialização quanto para sua subsistência. Mas também foram apresentados casos preocupantes. No Quirguistão, as

áreas de produção de monoculturas de grãos e batatas sofrem com solos gravemente degradados.

A conferência regional enfatizou a responsabilidade fundamental dos governos no alcance nacional da segurança alimentar e nutricional. A região está avançando satisfatoriamente na luta contra a fome, visto que a maioria dos países já alcançou taxas de subnutrição abaixo dos 5 por cento. A ingestão insuficiente de calorias não é mais um problema grave na região, tendo quase todos os países alcançado a erradicação da fome, conforme estabelecido nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de 2001. Contudo, existem outros desafios nesta área como a má nutrição (incluindo a obesidade) e a redução do desperdício de alimentos. A conferência discutiu o sério impacto sobre a fome e má nutrição do **desperdício e da perda de alimentos**, reconhecendo que a redução do desperdício e perda está ligada ao Direito Humano à Alimentação Adequada. Foi ressaltado que essa redução deve estar imbricada no conceito mais amplo de promoção de sistemas alimentares sustentáveis, que abrange a produção de alimentos por um lado e o consumo e dietas por outro. A redução do desperdício e perda de alimentos em cadeias curtas e circuitos regionais de alimentos foi enfatizada.

Outros desafios mencionados foram o fortalecimento da produção sustentável da agricultura familiar e das práticas em pequena escala e a construção de resiliência face às **mudanças**

Boas Práticas

Os participantes do Diálogo Regional concordaram que a agricultura familiar é rica em boas práticas e cumpre diversas funções. Vários exemplos foram compartilhados acerca da produção de alimentos saudáveis provenientes da agricultura familiar aliada ao reuso dos desperdícios e a manutenção da biodiversidade. Os agricultores familiares são, além do mais, resilientes ao clima, têm boas relações com as comunidades locais e geram ocupação no campo. **As cooperativas e outros tipos de organizações dos agricultores** foram mencionadas como meios satisfatórios para fortalecer o posicionamento dos agricultores familiares especialmente em relação aos mercados. Contudo, foi notado que o controle dos membros geralmente diminui quando há aumento na escala das cooperativas e que, ao contrário das associações locais, as grandes cooperativas não estão mais sendo geridas pelos produtores. Foi enfatizado que a confiança, a vontade de cooperar e a lealdade são centrais para o sucesso das cooperativas e que seu desenvolvimento necessita do comprometimento de longo prazo de todos os sócios, incluindo os agricultores familiares, as comunidades locais, governo e doadores.

Os participantes da sociedade civil destacaram que os benefícios dos **sistemas alimentares regionais**, que necessitam de menos combustível para o transporte e geralmente resultam em menos desperdício de alimentos, já que a oferta responde melhor à demanda e a qualidade da produção é geralmente melhor. Neles, as famílias têm relações diretas com os consumidores em circuitos curtos, fazendo com que recebam melhor remuneração por seus produtos. Os benefícios dos sistemas alimentares regionais no campo da saúde e nutrição também foram mencionados. Além disso, novas formas para as pessoas se tornarem agricultores foram enfatizadas, como a criação de fazendas comunitárias ou a compra de terras



climáticas. Referindo-se ao alarmante relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, José Graziano da Silva, diretor da FAO, disse que “nós precisamos aumentar os esforços de mitigação, adaptação e, principalmente, de transição para sistemas alimentares mais sustentáveis”. O diretor da FAO anunciou a primeira iniciativa regional da entidade para o período de 2014-2015 que busca **reduzir a pobreza rural apoiando os agricultores familiares e pequenos proprietários** com foco em tecnologias produtivas sustentáveis, posse da terra, acesso a mercados e diversificação da renda. A FAO irá também aconselhar os governos nacionais a adotarem políticas e estratégias voltadas para a agricultura familiar e a produção em pequena escala.

Em resumo, os participantes da Conferência Regional consideraram a agricultura familiar crucial para a sustentabilidade da agricultura, para o alcance da segurança alimentar e para a preservação dos recursos naturais e do patrimônio cultural. A Conferência concordou que a sustentabilidade da agricultura familiar necessita de um **ambiente facilitador**. Os marcos legais devem assegurar o acesso necessário aos recursos naturais, em especial à terra, sementes e água, além de crédito. As políticas de apoio ao setor devem contribuir também com desenvolvimento de educação e infraestrutura rural e incentivar oportunidades iguais para homens e mulheres.

Recomendações de política

Diálogo Regional

As autoridades nacionais e regionais precisam reconhecer a necessidade de políticas diferenciadas para a agricultura familiar e formular políticas públicas

que protejam o setor e garantam sua sustentabilidade futura, como afirmaram os participantes do Diálogo. Eles ainda acrescentaram que agricultores familiares de pequenas e médias propriedades devem ser isentos das medidas voltadas à agricultura empresarial. Eles também enfatizaram a necessidade de **regulações sobre uso e posse da terra**, como aquelas relacionadas ao uso comunal de terras e pastagens, a estrangeirização da terra e das águas e o acesso aos recursos naturais.

A importância das cooperativas e outros tipos de **organizações de agricultores** para o equilíbrio do poder político e econômico de outros atores na cadeia logística também foi notada. O Diálogo destacou a importância específica dessas organizações na consolidação da participação dos agricultores familiares no processo de formulação de políticas.

Ainda, o Diálogo recomendou que a educação, capacitação, informação, pesquisa e **investimentos devem ser direcionados para os agricultores familiares**, especialmente mulheres e jovens. Por exemplo, os investimentos públicos devem ser direcionados para projetos de infraestrutura que facilitem com que agricultores, agricultoras e

fora da família. As políticas públicas também podem ajudar a apoiar esses processos.

As organizações da sociedade civil se ofereceram para contribuir na construção de novas ações nessa direção divulgando experiências e boas práticas sobre novas formas de organizar os sistemas agrícolas e alimentares, facilitando espaços para a troca de conhecimentos dos agricultores e oferecendo sua capacidade de implementar projetos e mobilizar pessoas.

Na conferência regional, o delegado do **Tajiquistão** apresentou diversas iniciativas. “*No período da independência de nosso país, desenvolvemos um total de 150 organizações que fortalecem a agricultura familiar e aumentamos a produção em mais de € 50 bilhões nos últimos 50 anos. Em torno de 25 por cento de nosso PIB vem do setor agrícola e a agricultura é uma prioridade em nossas políticas de desenvolvimento*”. O delegado do **Quirguistão** contou sobre o impacto da reforma da posse da terra, que criou 350.000 estabelecimentos familiares. Os estabelecimentos podem pertencer ao Estado, outros a empresas privadas, cooperativas e agricultores familiares.

suas famílias iniciem novas atividades agrícolas e não agrícolas. Os participantes também afirmaram que, para estimular os jovens na agricultura, os estados devem garantir educação,





acesso à terra, sementes e apoio financeiro no contexto de programas rurais revitalizados.

Como muitos mecanismos de diálogo entre os agricultores e fazendeiros de política estão enfraquecidos, o Diálogo propôs comitês nacionais da sociedade civil para apoio aos agricultores familiares.

Consulta à sociedade civil

Na consulta à sociedade civil, dez importantes recomendações foram formuladas para a proteção e apoio aos agricultores e agricultoras familiares, camponeses e camponesas, e outros povos que vivem em áreas rurais. Resumindo esses dez pontos, Natalia Laiño, do Fórum Mundial dos Povos Pescadores, disse: “não estamos buscando subsídios, estamos buscando uma legislação que facilite as vidas dos pequenos agricultores e dos pescadores”.

Entre as dez recomendações, está o chamado aos governos pela garantia aos camponeses e outras comunidades rurais do **acesso aos recursos naturais**. Nesse contexto, foi fortemente recomendada a implementação das Diretrizes Voluntárias sobre Governança Responsável da Posse da Terra, dos Recursos Pesqueiros e Florestais.

As organizações participantes enfatizaram a necessidade de implementação das diretrizes do Direito à Alimentação e de usá-las como referência para avaliação do estado da alimentação no mundo. Também foi recomendado que sejam garantidos os direitos dos agricultores de produzir, reprodu-

zir, trocar e vender suas sementes, como se afirma no Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, pois “*sem terra, água e sementes, não há agricultura familiar camponesa*”.

As organizações da sociedade civil também argumentaram que os **acordos de comércio e as políticas devem servir aos pequenos produtores** e às populações locais ou que devem ser repensados quando são prejudiciais. Especialmente, foram expostas preocupações acerca do Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP, na sigla em inglês) entre os EUA e a União Europeia, da Política Agrícola Comum e dos Acordos de Estabilização e de Associação. Também foi argumentado que os setores da agricultura sejam retirados da Organização Mundial do Comércio. Como proposta da sociedade civil, a FAO deve desenvolver novas regras para comercialização que estejam alinhadas com as obrigações dos estados sob as diretrizes do Direito à Alimentação.

As políticas públicas também devem promover a produção local em **circuítos curtos de produção e consumo de alimentos** que são acessíveis para todos, incluindo populações mais vulneráveis. Isso inclui a aquisição de alimentos através de compras públicas da agricultura familiar. Atualmente, esses sistemas não têm apoio e os participantes apontaram diversas maneiras para seu fortalecimento. Alguns exemplos: o estabelecimento de centrais de distribuição específicas para pequenos volumes, apoio às compras públicas da

agricultura familiar e de outros pequenos proprietários, e maior apoio às instalações de processamento locais.

Finalmente, as organizações ressaltaram que a participação de **jovens e mulheres** nos setores da agricultura deve ser fortalecida de todas as formas possíveis, já que “*as desigualdades de gênero e geração são as maiores ameaças à agricultura familiar*”.

Conferência Regional

A Conferência Regional reiterou a importância da agricultura familiar a partir das perspectivas econômicas, socioculturais e ambientais. O **fortalecimento dos estabelecimentos familiares** foi entendido como parte fundamental das abordagens abrangentes para reanimar o setor rural e aumentar a segurança alimentar. As organizações da sociedade civil se ofereceram para contribuir com esse processo usando seu conhecimento relevante e sua habilidade na organização dos agricultores e da população rural.

Vários participantes enfatizaram a relevância regional das **Diretrizes Voluntárias sobre Governança Responsável da Posse da Terra, dos Recursos Pesqueiros e Florestais**, que os países ainda têm que implementar, e do processo contínuo de desenvolvimento dos Princípios para o Investimento Agrícola Responsável. Na discussão sobre desperdício de alimentos, a conferência solicitou à FAO que tome a frente na disseminação de conhecimentos e **boas práticas para a redução das perdas e desperdício de alimentos**, inclusive no nível das pequenas propriedades da região.

Os participantes na conferência regional notaram que, até então, o comprometimento com a agricultura familiar na região esteve focado principalmente em ações de conscientização. Nas palavras de um delegado da França: “*É hora de criarmos políticas públicas que apoiem o desenvolvimento dos agricultores familiares, que removam as limitações, para que eles possam aumentar a produtividade e criar ainda mais empregos nas áreas rurais, especialmente para os mais jovens*”. ■

América Latina e Caribe

Diálogo Regional: Santiago de Chile, 30-31 de Outubro de 2013

Consulta à Sociedade Civil: Santiago de Chile, 4 e 5 de maio de 2014

Conferência Regional: Santiago de Chile, de 6-9 de maio de 2014

A América Latina e o Caribe fizeram os maiores avanços em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Nessa região, a contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento está sendo cada vez mais reconhecida, as políticas voltadas à segurança alimentar e nutricional estão se tornando predominantes e a independência e igualdade das mulheres na luta contra a pobreza está sendo promovida. No continente, a democracia está sendo aprofundada e os movimentos sociais e ambientais estão ganhando força. A segunda Cúpula Presidencial da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos em janeiro de 2014 deu “prioridade máxima” ao desenvolvimento da agricultura, incluindo a agricultura familiar e camponesa. Ao mesmo tempo, permanecem muitos desafios, como a perseguição de lideranças camponesas, a baixa participação dos agricultores em organizações e a existência de políticas que não beneficiam os pequenos agricultores. A criação de programas de desenvolvimento rural, programas de aquisição pública de alimentos e políticas voltadas para a soberania alimentar foram ressaltados como maneiras importantes para reverter esse quadro.



Peru. Foto: José Luis Alfredo Franco Castro



Colômbia. Foto: Herman Vanegas Ochoa

Principais tendências da agricultura familiar

Diálogo Regional

No Diálogo Regional, muitos compartilharam a visão de que a agricultura familiar não é definida por suas características agrícolas, mas sim como sendo um modo de vida que respeita e protege o meio ambiente, conserva as tradições culturais e promove o desenvolvimento rural.

Os agricultores familiares produzem 70 por cento dos alimentos da cesta básica de vários países na região. Os participantes do Diálogo enfatizaram que a agricultura familiar tem o **potencial de aumentar o fornecimento de alimentos** e melhorar as condições de vida dos habitantes mais vulneráveis do meio rural. Os agricultores familiares também podem contribuir para a geração de emprego, a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade, a preservação de tradições culturais, a diversidade multiétnica e a erradicação da pobreza. Mas todo esse grande potencial, como foi ressaltado no Diálogo, não está sendo reconhecido pela sociedade nem pelo campo das políticas.

Por exemplo, os agricultores familiares têm **acesso limitado à terra e à água**. Isso se dá em consequência dos altos padrões de concentração da terra em muitos países e do uso dos recursos aquáticos e terrestres para outros objetivos que não a agricultura. A disponibilidade cada vez mais limitada e de baixa qualidade dos solos e das águas prejudica os sistemas de produção da agricultura familiar e é alarmante para

as diversas famílias agricultoras que não têm sistemas de irrigação instalados. Isso se tornou ainda mais urgente nos anos recentes quando a região tem passado por **mudanças nos padrões de chuva e na temperatura**, tornando os agricultores ainda mais vulneráveis, especialmente aqueles mais marginalizados. Eles nem sempre têm os recursos necessários para se adaptarem a esse novo cenário a tempo, como o uso de tecnologias de irrigação apropriadas, variedades resilientes ou o ajuste de seus calendários de colheita. A outros, falta assistência técnica para que possam fazer as mudanças necessárias.

Outro fator que impede os agricultores familiares de alcançarem seu potencial pleno é a **baixa disponibilidade de fontes adequadas de financiamento**. Os instrumentos de crédito existentes geralmente usam regras e requerimentos que não correspondem à realidade dos agricultores familiares. Os empréstimos, por exemplo, são impossíveis de se obter para os pequenos agricultores familiares com poucos ativos. Para as agricultoras, o acesso ao crédito é ainda mais difícil na maioria dos países da região. Isso contribui para elevados níveis de pobreza em lares chefiados por mulheres. Os participantes apontaram para a necessidade de se analisar as causas básicas dessa desigualdade.

Vendo oportunidades limitadas na agricultura e não tendo incentivo das políticas para que permaneçam nas áreas rurais, muitos **jovens migram para áreas urbanas** em busca de melhores oportunidades.

O diálogo enfatizou que as políticas públicas e instituições voltadas para a agricultura familiar não se desenvolvem

no mesmo nível em todos os países da região. Os países do Cone Sul são os mais avançados nesse quesito. Onde esses programas diferenciados para a agricultura familiar existem, contudo, eles dão mais peso ao aumento da produtividade que à aproximação entre produtores e consumidores. Atualmente, os agricultores familiares da região enfrentam elevados custos de insumos e baixos preços de sua produção. Notou-se, entretanto, que o crescimento populacional resultará em uma demanda crescente por alimentos – pelo menos no curto prazo. Isso oferece uma excelente **oportunidade para fortalecer a comercialização e os mercados da agricultura familiar**. Os participantes, contudo, advertiram que, para que se possa aproveitar tal oportunidade, são necessários programas e instrumentos explicitamente voltados para os pequenos agricultores familiares, pois, sem essa diferenciação nas políticas, somente os grandes proprietários com mais recursos poderão se beneficiar deste novo cenário.

As organizações de agricultores podem ajudar na superação de alguns desses desafios e aumentar o perfil



Peru. Foto: Hélène Labrousse



político do setor. Contudo, a **participação dos agricultores familiares nas organizações rurais é baixa** na maioria dos países da região. Observou-se que, em alguns países, a **perseguicao** de lideranças agricultoras enfraqueceu ainda mais as organizações.

Os participantes do Diálogo consideraram o Ano Internacional da Agricultura Familiar uma oportunidade única de ressaltar o importante papel dos agricultores familiares e de tornar a agricultura familiar um pilar estratégico para o alcance da segurança alimentar e nutricional e da erradicação da fome e má nutrição na região.

Consulta à sociedade civil

As organizações da sociedade civil notaram o quão significativo é o fato de que, apesar das diversas dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares, que incluem o baixo apoio recebido dos governos, eles tenham provado serem capazes de alimentar dois terços da população mundial. Além disso, esses agricultores mantêm a diversidade das culturas ancestrais e tradicionais e protegem e conservam os recursos naturais e a biodiversidade. De acordo com as organizações, há um conjunto amplo de evidências que demonstram que o modelo industrial de produção e comercialização de alimentos com suas extensas monoculturas de organismos geneticamente modificados, sustentadas pelo uso de pesticidas e fertilizantes químicos, não somente fracassou na erradicação da fome e da pobreza, mas aprofundou tais problemas.

Os participantes destacaram a **grande capacidade de resistência e resiliência dos agricultores familiares**, que possibilita que eles produzam alimentos saudáveis para todos. Foi argumentado que a razão por que esses alimentos não chegam às pessoas

se deve principalmente à concentração dos meios de **produção e distribuição de alimentos** nas mãos das principais corporações de biotecnologia e agroquímicos.

As organizações da sociedade civil também enfatizaram que em muitos países há altas taxas de **violência contra as mulheres** nas áreas rurais, bem como casos de **perseguição e assassinatos** de camponeses, povos indígenas e membros de sindicatos dos trabalhadores rurais.

Conferência regional

A região teve um progresso significativo na garantia da segurança alimentar. Ao mesmo tempo, permanecem grandes desafios. Além das mudanças climáticas, o desmatamento foi mencionado como um novo risco à segurança alimentar e aos modos de vida, já que áreas de floresta têm **papel fundamental na sustentação de modos de vida dos agricultores familiares**, criadores de animais e pescadores.

Na Conferência, o Ministro da Agricultura do Chile, Carlos Furche, destacou que a reunião era uma expressão de seu compromisso com um tipo de desenvolvimento rural que enfatiza a agricultura familiar camponesa. O delegado da Guiana apontou que **todos nascem com o direito à alimentação**, mas que no mundo atual esse direito geralmente nos é negado. O delegado ainda afirmou que o fornecimento de alimentos é uma responsabilidade que deve ser compartilhada por todos os ministros e que políticas nacionais, regionais e globais devem ser harmonizadas para fortalecer a luta contra a pobreza.

O reconhecimento institucional da

Boas práticas

A Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) dos países do MERCOSUL Ampliado é um fórum de diálogo entre agricultores familiares e o setor público. Ela surgiu a partir do reconhecimento dos governos acerca da importância política e socioeconômica da agricultura familiar. A REAF busca desenvolver políticas públicas adequadas e facilitar o comércio dos produtos da agricultura familiar, reduzindo as assimetrias de mercado e trazendo desenvolvimento rural para a região.

A REAF já alcançou resultados consideráveis em termos de mudança institucional baseada no diálogo e consenso político. Foram definidos critérios para a agricultura familiar em níveis nacionais, um Fundo de Agricultura Familiar foi criado, atualmente existem diretrizes para igualdade de gênero nas políticas públicas e um programa de gênero regional, além de um programa para o intercâmbio de conhecimentos e um programa de formação para a juventude rural. Como as informações quantitativas sobre a agricultura familiar são escassas, a REAF incentivou a criação de Registros Nacionais da Agricultura Familiar, que permitem aos países mensurar a contribuição da agricultura familiar e fornecer informações importantes para subsidiar a criação de políticas e programas. A REAF expressou seu compromisso em promover a cooperação Sul-Sul, compartilhar experiên-



Argentina. Foto: Andrés Lofiego

agricultura familiar no governo brasileiro foi apresentado como resultado da decisão política de incluir sindicatos e movimentos sociais nos processos de construção das políticas públicas. Como resultado, as políticas diferenciadas para a agricultura familiar são desenvolvidas em relação direta com outras políticas relacionadas a questões contemporâneas como as mudanças climáticas, moradia e desenvolvimento econômico. O conjunto integrado de **políticas intersetoriais** deve ter um foco especial sobre a reforma agrária e ser desenvolvido com a participação de diversos atores. Concordou-se que os programas públicos de aquisição de alimentos do Brasil, onde os produtos são comprados dos agricultores familiares e se promovem articulações entre produtores e consumidores em mercados locais, são uma forma exitosa de fortalecer a segurança alimentar dos agricultores familiares e dos cidadãos.

Recomendações de Política

Diálogo Regional

Houve consenso no Diálogo acerca da necessidade de os países priorizarem a criação de uma nova geração de políticas públicas que formem um robusto **marco institucional para o desenvolvimento da agricultura familiar**. Em locais onde existem políticas e instituições que apoiam a agricultura familiar, estas devem ser avaliadas em termos de seu impacto. O Ano Internacional da Agricultura Familiar constitui uma oportunidade histórica para que se implementem tais políticas,

muitas das quais podem ser realizadas no curto prazo.

Os orçamentos devem ser aumentados para desenvolver programas e políticas que respondam às necessidades dos agricultores em relação à assistência técnica, pesquisa e crédito. Foi observado em diversos momentos que os instrumentos de crédito devem ser diferenciados para a agricultura familiar, com regulações que facilitem seu uso pelos agricultores. Além disso, os **sistemas de financiamento devem ser aperfeiçoados** para que se tornem adequados às necessidades dos agricultores familiares. Por exemplo, as garantias de crédito podem ser realizadas através da implementação de Fundos de Garantia que têm sido usados nos países do Cone Sul.

A melhoria do acesso à terra e à água deve ser priorizada através de programas **programas diferenciados que incluem planos de uso da água e da terra**. Estes devem ser complementados com políticas com base na experimentação dos agricultores em práticas de conservação dos solos e da água. As ações no campo da educação também devem ser fortalecidas, especialmente em relação às **práticas sustentáveis de produção**.

Para aumentar a conscientização dos benefícios da agricultura familiar na sociedade, o Diálogo recomendou que os governos desenvolvam **estratégias de comunicação** que forneçam informações acerca das contribuições produtivas e socioeconômicas da agricultura familiar, tendo em consideração especialmente as mulheres, jovens e as comunidades indígenas. Uma sugestão específica foi a de que os países estabeleçam um Dia Nacional da Agricultura Familiar, o que pode ajudar a enfatizar o lugar da agricultu-

ra familiar em cada país.

Também foi recomendado que os países fortaleçam **iniciativas bem sucedidas** que já estão em curso na região, tais como os registros da agricultura familiar, programas intersetoriais de desenvolvimento rural e compras públicas da agricultura familiar. Se usarem uma metodologia harmônica, os países podem comparar informações e **avaliar os impactos das políticas públicas sobre a agricultura familiar**. Isso demanda não somente dados sólidos, mas também indicadores de desempenho mensuráveis, relevantes e confiáveis que devem ser desenvolvidos de forma inclusiva.

Em geral, os participantes sentiram que **a participação dos agricultores na formulação de políticas e programas** aumenta sua eficácia. Isso pode ser feito, por exemplo, através de Grupos de Trabalho Permanentes para o desenvolvimento de políticas e pesquisas que incluam tanto os governos como os agricultores.

Foi recomendado fortemente que políticas específicas para as mulheres e juventude rurais sejam desenvolvidas. Estas devem considerar as tarefas agrícolas e domésticas das mulheres. Em relação aos jovens, é necessária uma visão holística de suas necessidades, incluindo as ofertas de trabalho e condições de vida diferentes daquelas disponíveis em muitas áreas rurais. A **diferenciação positiva** deve ser feita para as mulheres e jovens, especialmente em relação ao acesso à terra e aos recursos financeiros. A implementação das **Diretrizes Voluntárias sobre Governança Responsável da Posse da Terra, dos Recursos Pesqueiros e Florestais** foi mencionada como ferramenta valiosa para promover esse processo.

As vantagens do trabalho conjunto dos agricultores para diminuir custos e acessar mercados são evidentes. Por-



tanto, o Diálogo recomendou que os governos promovam a criação de organizações da agricultura familiar, ressaltando que elas não devem ser impostas de cima para baixo, mas vir dos próprios agricultores. Os principais **incentivos para os agricultores familiares** são programas educacionais de formação para lideranças rurais e para o intercâmbio de experiências entre organizações da agricultura.

Os governos também devem **fortalecer o acesso aos mercados dos agricultores familiares** e garantir preços justos. O Diálogo sugeriu diversas formas para que isso seja realizado: a promoção de mercados locais, compras públicas da agricultura familiar, comercialização coletiva e melhores condições de transporte e armazenamento. Foi sugerido que **melhores preços para os produtos da agricultura familiar** sejam garantidos através da criação de regras de origem ou de rótulos específicos da agricultura familiar.

Foi enfatizado que todas as políticas diferenciadas para a agricultura familiar tenham desenvolvimento e implementação **intersetoriais**, ou seja, com a colaboração de setores não agrícolas tais como o de moradia e de educação, que podem aumentar o impacto no campo. Isso pode ser feito através, por exemplo, de programas de desenvolvimento rural (ver as Boas Práticas).

Finalmente, o Diálogo recomendou uma **ampla plataforma para o diálogo** e intercâmbio de experiências sobre a agricultura familiar. Um Comitê Regional poderia ser criado como uma plataforma internacional para o desenvolvimento da agricultura familiar promovendo a criação de políticas que consolidem o setor. Várias instituições se ofereceram para contribuir neste esforço.

Consulta às organizações da sociedade civil

A FAO deve priorizar a promoção e implementação de **políticas públicas que fortalecem a soberania alimentar** para erradicar a fome, afirmaram as organizações da sociedade civil. Elas também demandaram que os governos reconheçam e demarquem os territórios indígenas, onde os povos indígenas possam desenvolver seus modos de vida. Foi enfatizada a importância de garantir os direitos humanos, econômicos, sociais e culturais dos agricultores familiares **respeitando as leis nacionais e os compromissos internacionais** e de implementar campanhas contra o trabalho escravo e a violência nas áreas rurais. Foi feito um apelo específico aos governos para que renovem seus compromissos com a implementação das Diretrizes do Direito à Alimentação.

Para deter a migração para áreas urbanas, as organizações participantes recomendaram aos governos que implementem uma **reforma agrária abrangente** e políticas públicas para que homens e mulheres tenham acesso à terra, água e irrigação, infraestrutura, educação, saúde e comercialização. Devem ser formuladas e implementadas políticas públicas para a juventude de modo com que garantam o direito de viver em seus territórios.

Como as mulheres agricultoras possuem capacidades e conhecimentos específicos, as organizações da sociedade civil recomendaram programas e **políticas regionais que permitam com que as mulheres usem suas habilidades** em campos como a comercialização da produção e a promoção da soberania alimentar. Além disso, a resposta à crise climática implica a adoção de uma **abordagem**

cias e expandir o processo de integração entre os agricultores familiares. O Diálogo recomendou que os países explorem a possibilidade de replicar a metodologia da REAF em outras sub-regiões.

Os **programas públicos de aquisição** dos produtos da agricultura familiar estão em andamento em vários países da região, com destaque para o caso brasileiro. Estes programas facilitam a participação dos agricultores familiares em mercados caracterizados pelos preços mais justos, promovem o acesso aos alimentos a pessoas em situação de vulnerabilidade e estimulam o desenvolvimento local. Há dez anos o Brasil implementou um sistema de ações exemplares através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e as Compras Institucionais por municípios, estados e o governo federal. O redirecionamento das compras públicas para a produção local alcançou resultados notáveis, como o acesso a dietas mais nutritivas e diversificadas, melhores preços para os agricultores familiares, a revitalização de culturas e saberes locais e mais segurança financeira para os agricultores, estimulando o financiamento e crescimento da agricultura familiar.

A Argentina replicou essa iniciativa no nível das províncias enquanto Uruguai e Bolívia estão estudando a possibilidade de implementar programas similares. Ainda há múltiplos desafios para esses programas seja nas áreas das normas sanitárias, das cooperativas de produtores ou na diversificação da produção. Algumas dessas dificuldades podem ser respondidas através de ações coordenadas, trocas de experiências e propostas conjuntas pelos países da região.

Os **Programas de Desenvolvimento Rural** intersetoriais podem garantir uma visão integrada do desenvolvimento rural e da agricultura familiar. Focar recursos e ações



Conferência Regional para América Latina e Caribe Foto: FAO

territorial para além de abordagens setoriais. As ações recomendadas incluem a restauração de ecossistemas degradados, a promoção de sementes crioulas e a valorização do conhecimento dos agricultores, criadores e pescadores artesanais.

As organizações recomendaram o apoio e promoção da **produção agroecológica** através de políticas específicas, especialmente para os processos de transição, reconhecendo o potencial da agroecologia na mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Foi também enfatizada a necessidade de se implementar políticas e programas que apoiem a comercialização direta e o processamento de alimentos artesanais. Estas políticas devem ser formuladas no contexto da agroecologia e da economia solidária e devem incluir a promoção dos benefícios nutricionais dos produtos artesanais dos agricultores familiares. Como afirmado pela sociedade civil, “o AIAF deve ser o começo de um processo mais longo que [...] fortaleça a agricultura familiar, camponesa e indígena não patriarcal a partir de uma perspectiva agroecológica. Nós somos parte da solução”.

Conferência Regional

Foi consenso na conferência regional a necessidade para o fortalecimento da agricultura familiar de **quadros institucionais** de políticas e estratégias que assegurem a segurança alimentar, protejam os recursos naturais, reduzam os riscos e desenvolvam capacidades de resiliência dos habitantes do meio rural. “O que vimos nessa conferência é um enorme compromisso regional com a segurança alimentar no nível dos governos, da sociedade civil e do setor

privado, que se tornou uma agenda concreta de ações para erradicar a fome”, disse o Diretor-Geral da FAO, José Graziano da Silva. A importância de **incluir os povos da floresta no desenvolvimento de políticas** e de programas de desenvolvimento foi especificamente notada.

A conferência regional também concordou que os agricultores familiares de pequena escala, especialmente as mulheres, os jovens e povos indígenas, devem ter **acesso a fatores de produção** como a terra e a água. Novamente, foi consensual que o acesso à terra pode ser garantido através da implementação das Diretrizes Voluntárias sobre Governança Responsável da Posse da Terra, dos Recursos Pesqueiros e Florestais.

As compras públicas da agricultura familiar foram enfatizadas durante a conferência como uma forma bastante eficiente de aumentar a segurança alimentar, como foi provado na experiência brasileira. A conferência recomendou mais **intercâmbios de boas práticas** e de outros tipos de experiências relacionadas à agricultura familiar.

Por último, os participantes expressaram, a FAO deve não somente cooperar com governos, mas também promover um debate amplo e dinâmico que envolva a sociedade civil e a academia no **estudo do conceito de soberania alimentar**, uma vez que seu significado ainda não é consensual entre os governos e as organizações das Nações Unidas. Tal processo deve considerar as experiências recentes, incluindo as discussões realizadas durante a adoção do Marco Estratégico do Comitê para a Segurança Alimentar Mundial. ■

onde eles são mais necessários beneficia os agricultores e suas famílias de modo mais eficiente. Nesse contexto, a educação rural merece atenção especial, pois ela gera sinergias e incentiva uma abordagem sistêmica. Duas iniciativas foram destacadas no Diálogo: o Programa de Desenvolvimento Rural Integrado do México, que coordena o apoio à agricultura familiar em 16 ministérios, e o Programa do Bem Viver Rural do Equador, um programa interministerial voltado para a agricultura familiar. O governo da Nicarágua, país com o alarmante número de quase 25 por cento de sua população vivendo em situação de extrema pobreza, tem foco no desenvolvimento sistêmico de pequenos e médios produtores através de programas e políticas abrangentes que envolvem pessoas tanto nos níveis das comunidades como nacionalmente. E a Guatemala lançou a Política Nacional de Desenvolvimento Rural Integrado que reúne uma série de políticas setoriais para fortalecer a agricultura familiar.

As **Iniciativas Regionais** da FAO na região também foram mencionadas como bons exemplos de como a agricultura familiar pode ser apoiada. As iniciativas são: a Iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Territorial, e Fortalecendo os Sistemas Alimentares Nacionais e Regionais no Caribe.

Médio Oriente e África do Norte

Diálogo Regional sobre Agricultura Familiar: Túnis, 21 e 22 de novembro de 2013

Conferência Regional: Roma, de 24 a 28 de fevereiro de 2014

40 por cento da população dessa região vive e trabalha em áreas rurais e aproximadamente 85 por cento estabelecimentos agrícolas são da agricultura familiar. Contudo, a agricultura representa somente 5.5 por cento do Produto Interno Bruto regional. A principal fonte de renda na região consiste na produção de petróleo e gás. Portanto, olhar somente para o PIB não leva em consideração as contribuições mais importantes da agricultura para o emprego e a segurança alimentar e nutricional da região. Insegurança na posse da terra, conflitos violentos, escassez de água e os impactos da mudança climática são alguns dos elementos presentes neste contexto que dificultam a vida dessas famílias. As principais recomendações incluem a titulação das terras, mais autonomia para as organizações dos produtores e processos de formulação de políticas mais inclusivos.

Principais tendências da agricultura familiar

Diálogo Regional

O Diálogo definiu a agricultura familiar como um tipo de sistema de produção agrícola gerido por um ou mais membros de uma família e baseado principalmente na mão de obra familiar. A agricultura familiar, incluindo atividades agrícolas, florestais, pesqueiras, de pastoreio e aquicultura, é geralmente caracterizada pela **multifuncionalidade** na medida em que as famílias tentam diversificar sua renda e se proteger de perturbações externas. Os agricultores familiares da região são, em geral, mas nem sempre, pequenos proprietários, enquanto quase todos os pequenos proprietários são agricultores familiares. O tamanho médio de um estabelecimento familiar na região é de menos de dois hectares e este índice vem diminuindo continuamente como resultado do crescimento populacional e da divisão de terras por herança.

Apesar do número elevado de estabelecimentos familiares, eles representam apenas 25 por cento das terras agricultáveis enquanto os 75 por cento



restantes são controlados pela agricultura empresarial. Os participantes do Diálogo expressaram preocupações acerca do foco dos governos da região no apoio à agricultura de grande escala **em detrimento da agricultura familiar**. Foram mencionados exemplos de projetos que buscam construir canais de mais 100 km e irrigar centenas de milhares de hectares da região. Alguns participantes argumentaram acerca de como estes grandes projetos causam impactos econômicos, sociais e ambientais questionáveis e não beneficiam os agricultores familiares.

Vários entraves à agricultura familiar foram mencionados. Os participantes do Diálogo concordaram que o **acesso ao crédito** e a recursos para investimento é um dos desafios mais importantes na região. As instituições financeiras, os instrumentos de crédito e os procedimentos bancários existentes não são adaptados às necessidades dos agricultores familiares e muitos consideram a agricultura uma atividade de risco.

O **acesso à terra** também foi mencionado como outro importante desafio para os agricultores familiares. Muitas famílias na região não têm titulação de suas terras. Em alguns países, a terra continua a ser propriedade do Estado e os agricultores são considerados arrendatários, embora raramente eles tenham um documento legal que prova essa relação com o Estado. Isso dificulta a obtenção de crédito para as famílias e a incerteza sobre a propriedade da terra também não incentiva o

investimento por parte dos agricultores. A legislação sobre heranças para divisão das terras entre os filhos sobreviventes e a ausência de mercado de terras em bom funcionamento complicam o acesso à terra na região ainda mais.

O Diálogo também discutiu o **papel especial das mulheres e dos jovens** na agricultura familiar. Entre 25 e 40 por cento da mão de obra familiar vem das mulheres e, como apontado pelos participantes do Diálogo, seu papel vem aumentando devido ao número crescente de membros da família do sexo masculino que estão **migrando** para países ricos em petróleo e para as cidades em busca de melhores condições de vida e de recursos para suas famílias que permanecem na agricultura. As mulheres, contudo, sofrem ainda mais que os homens com as condições de acesso à terra, crédito e tecnologia. Elas em geral representam menos que cinco por cento dos proprietários de terras na região. A **fragmentação das terras**, generalizada na região, dificulta ainda mais a situação das mulheres, impedidas de mudar para outros lotes pelas normas sociais. As mulheres enfrentam mais dificuldades que os homens na obtenção de crédito rural, que geralmente demanda alfabetização e a concordância do esposo, que é, em muitos casos, impossível para as mulheres conseguirem.

O **desemprego dos jovens** é outro grande desafio na região atualmente, com taxas em torno dos 25 por cento. Os participantes do Diálogo aponta-

Boas práticas

Uma série de boas práticas foi apresentada durante o Diálogo Regional. Várias estão relacionadas aos setores de financiamento e crédito. Um projeto de microfinanças e desenvolvimento no **Sudão** apoiou a criação de 16 novas instituições de microfinanças que alcançam cerca de meio milhão de beneficiários. Em torno de 80 por cento do financiamento neste programa é direcionado às atividades agrícolas, principalmente pequenos investimentos dos agricultores familiares, com preferência para mulheres e jovens. Em outro exemplo, o Fundo Agrícola para Desastres do **Líbano** oferece compensação financeira para agricultores que enfrentam prejuízos decorrentes de más condições climáticas e desastres naturais. Metade dos recursos deste Fundo é oferecida pelo estado e a outra metade pelos próprios agricultores. O Plano para a Agricultura e Renovação Rural da **Argélia** também introduz um esquema de seguro para proteger os agricultores do impacto de desastres naturais que afetam a produção. Além disso, oferece financiamento sem juros da produção e reforça o sistema de financiamento para facilitar a aquisição de maquinário e equipamentos agrícolas.

Em resposta à questão do acesso à terra, o **Kuwait** oferece aos agricultores familiares concessões de 20 anos da terra. Estas são renováveis desde que a família continue na atividade agrícola. Elas também podem ser usadas para obter financiamento, e são transmitidas para os filhos dos agricultores em caso de herança. Na área do comércio internacional, o **Egito** apresentou diversos aspectos inovadores de seu projeto de desenvolvimento rural de West Noubaria, que incluem arranjos entre os agricultores familiares egípcios que produzem batatas orgânicas e uma empresa italiana de comercialização que oferece aos agricultores novos mer-



Yêmen. Foto: Salar Ahmed/Aljazeera

ram que a juventude está cada vez mais perdendo interesse na agricultura e buscando trabalho nas áreas urbanas. Eles notaram que isso está pressionando a infraestrutura urbana e privando as áreas rurais e os estabelecimentos familiares de recursos de trabalho que são, em geral, mais dinâmicos e com maior formação do que a das gerações anteriores.

Os participantes afirmaram que os agricultores familiares na região tendem a ficar com uma parcela muito reduzida do valor agregado de seus produtos, em parte como resultado de más condições para a comercialização. Eles também expressaram preocupações com o fato de que muito **extensionistas** têm baixos salários e não são capacitados para se comunicar com os agricultores familiares, fazendo com que as ações neste campo sejam ineficientes. A maior parte dos programas de extensão não tem pessoal qualificado, apresentam capacidades limitadas ou não consideram as restrições culturais e de tempo a que as mulheres estão submetidas.

A região é altamente afetada pelas **mudanças climáticas** e isso irá certamente continuar. Temperaturas mais altas, menos chuva, e alta salinidade da terra são efeitos esperados numa região seca que já é muito quente e onde **disponibilidade de água per capita é a mais baixa no mundo**. O Diálogo expressou preocupações em torno do futuro dos agricultores familiares neste cenário.

A região ainda é caracterizada por uma multiplicidade de **organizações de produtores enfraquecidas** que são altamente dependentes dos governos e, em geral, sob sua autoridade, o que restringe a autonomia e capacidade de apoio aos agricultores familiares. Também foi ressaltado que muitas organizações na região sofrem com recursos humanos, financeiros e materiais inadequados, o que limita fortemente sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento rural.

Conferência Regional

A Conferência Regional observou o elevado número populacional com má nutrição crônica na região, estimado em 79,4 milhões em 2010-13, ou 11,2 por cento da população. Ao mesmo tempo, estima-se que a obesidade atinja um quarto da população. A Conferência reconheceu a importância crucial da gestão da água para o desenvolvimento sustentável da agricultura na região.

Os delegados também notaram que os **conflitos** e a insegurança civil são fatores determinantes para a crescente insegurança alimentar na região.

Recomendações de política

Diálogo Regional

Os participantes do Diálogo pediram por várias **reformas no financiamento** para apoio aos agricultores familiares. Eles recomendaram a criação de

condições e melhores preços.

Outro esforço internacional, uma iniciativa de promoção e intercâmbio de conhecimento entre países, foi apresentado pela União das Associações de Criadores de Ovinos e Caprinos do Magreb. Essa União foi criada em 2011, com apoio da FAO, por **associações de criadores de Marrocos, Argélia, Tunísia e Mauritânia**. Seu objetivo geral é construir uma estratégia profissional regional para as organizações de criadores de ovinos e caprinos contribuindo para o desenvolvimento do subsetor nos países do Magreb. A União busca facilitar a troca de conhecimento na sub-região e elaborar programas e estratégias conjuntas bem como mecanismos de coordenação conjuntos entre suas organizações. Ela também funciona como um grupo de defesa dos interesses de seus associados. Como união de várias organizações de produtores nacionais, ela tem maior peso político do que seus membros individuais e, assim, pode ser uma agente de interlocução mais eficaz com os governos.

novas instituições ou o reforço daquelas já existentes e a simplificação dos procedimentos para empréstimos de modo a adaptá-los às realidades da agricultura familiar. Outras sugestões incluíram o estabelecimento de linhas de crédito do governo para incentivar os bancos a financiar os agricultores familiares, criando mecanismos de seguro e garantia que reduzam o risco do financiamento da agricultura familiar. Eles também argumentaram por maior investimento público nas áreas rurais para a construção de infraestrutura física e social necessária para o



desenvolvimento da agricultura familiar.

Para garantir a segurança do acesso e controle da terra, os participantes do Diálogo também recomendaram que os governos facilitem a **titulação das terras** para os agricultores e, em alguns casos, que distribuam terras públicas e coletivas para os agricultores familiares. Além disso, para proteger os direitos de pequenos arrendatários, a legislação e regulações devem ser alteradas.

Para apoiar as **mulheres** agricultoras, o Diálogo recomendou a revisão das leis existentes relacionadas ao acesso à terra e ao crédito, e a adaptação de serviços de extensão às realidades das mulheres. Para atrair mais **jovens** para a agricultura, os participantes pediram maior disponibilidade de serviços adequados e oportunidades de trabalho bem como acesso diferenciado à terra, crédito e conhecimento. O Diálogo concluiu que há uma necessidade de se considerar **tipos inovadores de pesquisa e extensão que deem protagonismo aos agricultores**. Isso é particularmente necessário com vistas a ajudar os agricultores familiares a se adaptarem aos impactos das **mudanças climáticas**. Enquanto muitos agricultores já estão testando novas estratégias, por exemplo, ajustando épocas de plantio, a pesquisa e extensão podem ser úteis no fortalecimento destas estratégias, informando os agricultores sobre novos padrões de cultivo e desenvolvendo coletivamente novas maneiras de uso eficiente dos recursos hídricos.

Em relação à comercialização da produção, o Diálogo recomendou que os governos **promovam os produtos dos agricultores familiares** criando

rotulagens especiais e desenvolvendo campanhas de conscientização enfatizando os benefícios do consumo de produtos locais.

Os participantes do Diálogo solicitaram que os governos **apoiem as organizações dos agricultores**, cooperativas e outras organizações da sociedade civil que trabalham com os agricultores familiares de modo a garantir sua independência política e financeira. As organizações de produtores podem ter um papel importante nos sistemas de governança do setor agrícola, aumentando a produtividade e o acesso dos agricultores familiares à tecnologia, insumos e mercados. Elas também podem facilitar o intercâmbio de experiências e *know-how* entre os agricultores e garantir que suas vozes sejam ouvidas nas discussões de políticas. Apoiar essas organizações requer **mudanças no campo da legislação e das políticas** buscando oferecer mais autonomia às organizações da sociedade civil, retirando-as do controle governamental e oferecendo maior liberdade operacional e de financiamento.

Finalmente, os participantes recomendaram a criação de plataformas/comitês nacionais para a agricultura familiar, que podem permitir que diferentes atores discutam e criem consenso em torno de programas e políticas públicas de apoio à agricultura familiar.

Conferência Regional

Os delegados da conferência regional incentivaram os governos a desenvolver

marcos políticos coerentes para a segurança alimentar e nutricional nos níveis regionais e nacionais. Eles expressaram seu apoio à Iniciativa Regional ‘Construindo resiliência para a segurança alimentar e nutricional’ como um veículo de promoção da SAN na região e solicitaram que a FAO e os países membros mobilizem recursos extraorçamentários para esse objetivo.

Eles também pediram que os países membros colem, analisem e disseminem dados estatísticos sobre a situação das mulheres no setor rural e agrícola e pediram que a FAO forneça apoio técnico para essas ações. De modo semelhante, eles solicitaram à FAO que realize uma avaliação das capacidades institucionais na região para responder às mudanças climáticas e seu impacto na agricultura e segurança alimentar bem como para que se crie um mecanismo para a promoção de colaboração nessa área. Esse mecanismo deve incluir provisões para o combate à seca e desertificação.

De modo geral, a conferência regional apreciou os esforços realizados pela FAO de promoção da agricultura familiar e reforçou as recomendações de apoio à agricultura familiar realizadas no diálogo regional. ■



América do Norte

I Diálogo Regional sobre a Agricultura Familiar: Quebec, 7 e 8 de fevereiro de 2014



O Diálogo Regional da América do Norte, que inclui os Estados Unidos, Canadá e México, enfatizou como o meio rural está sendo esvaziado e o fato de que os alimentos estão sendo vendidos a preços muito baixos. Como afirmado no Diálogo, é necessário que essa situação seja contornada e que sejam desenvolvidas novas políticas comerciais e de acesso à terra e ao crédito.

Principais tendências da agricultura familiar

De acordo com o socioeconomista Jean-Michel Sourisseau, em seu discurso no Diálogo Regional, podemos falar de agricultura familiar quando a atividade agrícola não pode ser dissociada da família, estando as duas organicamente interconectadas. Ele também identificou **características** específicas que podem ser usadas para localizar o sistema agrícola em uma sequência que vai da agricultura familiar à agricultura industrial e que incluem os números de mão de obra permanente na propriedade, a fonte

do capital, a destinação final da produção, as condições legais e de propriedade do estabelecimento. O Diálogo também enfatizou que, comparadas às grandes corporações dependentes de combustíveis fósseis, os estabelecimentos da agricultura familiar tem maior **flexibilidade** e, portanto, são muito mais capazes de se adaptar às mudanças climáticas.

As propriedades agrícolas estão desaparecendo rapidamente na região. De acordo com Sourisseau, o modelo de produção dominante na América do Norte, baseado em capital e tecnologia, está reduzindo o número de agricultores e esvaziando o meio rural. O número de propriedades diminuiu 10% entre os últimos dois censos, tanto nos Estados Unidos quanto no

Canadá. Isso torna ainda mais urgente **promover a agricultura entre os jovens**, que não têm a mesma relação com o trabalho rural que seus pais e querem aproveitar-se da vida moderna, como notaram os participantes do Diálogo.

Diversos desafios da agricultura familiar foram discutidos. Um deles diz respeito ao fato de que precisamos abandonar a prática de vender alimentos a **preços muito baixos**, que empobrece os agricultores familiares e não reflete o valor de seu trabalho e de seus conhecimentos e competências. Além disso, regulações contraditórias, complexas e pesadas são difíceis de cumprir para agricultores familiares de tamanho médio. Por último, um número significativo de participantes

Boas práticas

A **Sanders Farm**, localizada perto da fronteira entre Quebec e Vermont, comercializa 90% de sua produção para os Estados Unidos por meio da Cooperativa Orgânica Deep Root. A cooperativa vende os produtos de cerca de quinze produtores. Caminhões de Nova Iorque e Boston buscam na propriedade caixas de legumes e verduras semanalmente. A propriedade tem uma série de câmaras frias para armazenar os produtos.

Através de seu **Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2018**, o governo mexicano destina parte do orçamento para o apoio a 5,4 milhões de pequenos agricultores espalhados em mais de 52 por cento do território do país, produzindo 28 por cento da

produção agrícola e pesqueira. O plano ressalta investimentos na educação e no sistema agroalimentar e pesqueiro que garantem a segurança alimentar do país. A produtividade agrícola é aumentada através do uso de capital humano e dos recursos naturais das propriedades de forma sustentável. Isso é acompanhado pela assistência técnica para a gestão eficiente das águas e a conservação do solo, além da formação de redes cooperativas para melhor acesso aos mercados.

Ao contrário de muitos estados americanos, o Minnesota ainda tem em funcionamento a legislação “**Corporate Farm**”, que mantém a propriedade dos estabelecimentos com os agricultores familiares e evita que elas sejam compradas por grandes empresas. A provín-

cia de Newfoundland também limita as compras realizadas por multinacionais e o Quebec tem uma legislação que rege sobre a aquisição de propriedades agrícolas por não residentes, impedindo a compra por especuladores. Certas autoridades municipais de Quebec também promovem o desenvolvimento da agricultura arrendando terras municipais para jovens agricultores, revitalizando a comunidade.

Por último, a **gestão do abastecimento** é um elemento central da política canadense. Ela está baseada em três pilares: controle de importações, controle da produção e controle dos preços. A experiência mostra que isso ajuda a atrair jovens produtores.

se consideraram excluídos dos **processos de compra de alimentos**, especialmente das grandes cadeias de supermercados que parecem desconsiderar o potencial e as possibilidades dos alimentos locais.

Foi mencionado que os consumidores decidirão o futuro da agricultura familiar, mas que eles em geral têm uma **ideia equivocada da agricultura**. Isso pode ser explicado pelo fato de que, nos Estados Unidos, os consumidores e tomadores de decisão nas áreas urbanas perderam suas raízes rurais há seis gerações. Finalmente, o fenômeno da **estrangeirização das terras** também foi mencionado. As terras agricultáveis estão sendo compradas por fundos de investimento, multinacionais do mercado de sementes, empresas de maquinário agrícola, bancos, etc. Isso muda o uso da terra e a paisagem do meio rural colocando as comunidades rurais em sérios riscos.

Recomendações de política

Para formular de modo adequado políticas públicas de apoio à agricultura familiar, será necessário criar **condições favoráveis** que garantam a sobrevivência do setor, conforme os resulta-

dos do Diálogo. De acordo com Martin Caron, vice-presidente da União dos Produtores Agrícolas de Quebec, as propriedades da agricultura familiar vieram para ficar desde que os agricultores **mantenham fortes suas organizações**, sindicatos ou cooperativas. Elas são necessárias para se adotar uma visão coletiva e para influenciar no desenvolvimento da agricultura familiar. Ele também sugere práticas fiscais inovadoras que não penalizem os produtores aposentados e que facilitem a transferência das propriedades para a próxima geração.

Os participantes do Diálogo desenvolveram um conjunto de recomendações. Em primeiro lugar, eles pedem que se promova o estabelecimento de uma nova geração de jovens agricultores. Eles também enfatizaram a necessidade de **melhorar o acesso ao financiamento, à terra e conhecimento** e pediram por políticas focadas no reconhecimento das múltiplas funções da agricultura familiar para o benefício da sociedade como um todo. As políticas de comercialização, em específico, precisam ser alteradas para garantir **preços mais justos** para os

agricultores, disseram as organizações. A reforma da política de alimentos baratos é necessária para se considerar as realidades sociais e climáticas e se promover uma política de soberania alimentar. Os participantes recomendaram que os agricultores, através de suas organizações, devem ser os protagonistas quando essas políticas são formuladas. Além disso, eles disseram que é necessário adotar políticas sociais para que os agricultores familiares não sejam penalizados, dado que algumas pessoas simplesmente não têm acesso a alimentos de qualidade. “*A agricultura familiar é um elemento da solução, mas não pode ser o único*”. ■



México. Foto: Alain Soloro

Conclusão

A importância da agricultura familiar a partir de uma perspectiva econômica, sociocultural e ambiental foi reiterada durante o Ano Internacional. Para os agricultores familiares, os contextos regionais e os ambientes da política diferem, mas demonstram similaridades. Em todas as regiões os agricultores familiares são os mais importantes produtores de alimentos. Mas as políticas públicas não refletem a importância do setor e não estão direcionadas a apoiá-lo. Os agricultores familiares e suas organizações são geralmente excluídos dos processos de tomada de decisão, o que coloca sérios desafios para eles, especialmente quando, em especial, as mulheres e os jovens têm de

confrontar as mudanças climáticas e quando a obtenção de terra e de outros recursos, incluindo os genéticos, torna-se cada vez mais difícil.

Tudo isso ficou claro no Ano Internacional da Agricultura Familiar: é importante que um ambiente de políticas facilitadoras seja criado no qual os agricultores familiares possam prosperar. E isso é importante não somente para as comunidades de agricultores familiares, mas para a sociedade como um todo. Políticas diferenciadas para a agricultura familiar podem desencadear o grande potencial do setor no fornecimento de segurança alimentar e nutricional, de aumento das capacidades de

resiliência ao clima, de gestão da biodiversidade e de sustentação das economias regionais. Isso requer um setor da agricultura familiar mais forte que possa engajar de modo efetivo e sustentável homens, mulheres e as gerações futuras. As recomendações de política propostas por governos, sociedade civil, acadêmicos e outros atores são extraordinariamente parecidas em todas as regiões e os principais elementos comuns são destacados abaixo.

Abordagens intersetoriais

Os participantes dos vários eventos reconheceram que as discussões sobre agricultura familiar devem ir além dos setores agrícolas e dos recursos naturais. Elas também dizem respeito à urbanização, infraestrutura rural, cultura e conhecimentos tradicionais e indígenas, serviços de apoio e de educação, e formação para os jovens. Portanto, foi destacado que todas as políticas diferenciadas para a agricultura familiar devem ser desenvolvidas e implementadas de forma intersetorial e territorial, por exemplo, através de programas integrados de desenvolvimento rural. Isso é ainda mais pertinente no contexto das mudanças climáticas. Práticas agroecológicas, integradas e diversificadas devem ser promovidas – práticas que promovam, protejam e usem o conhecimento local e forneçam a base para resiliência climática, especialmente nos processos de transição. A educação também deve ser fortalecida e especialmente direcionada às práticas de produção sustentáveis. A importância de aumentar as oportunidades de geração de renda nas áreas rurais, reconhecendo a multifuncionalidade da agricultura familiar, também foi enfatizada, incluindo rendas não agrícolas como o agroturismo.



Uganda. Foto: Edward Echwalu



Filipinas. Foto: Danilo O. Victoriano

Reforma agrária

Foram feitos apelos repetidos pela reforma agrária, aquática, das áreas de floresta e pastoreio. Tais reformas devem incluir o acesso justo e igualitário à terra, água, sementes, infraestrutura, educação, saúde e mercados, inclusive para as mulheres. Isso ajudaria a diminuir a migração para áreas urbanas. Os agricultores familiares devem ser isentos de medidas e políticas que foram formuladas para a agricultura empresarial. Um apelo foi feito para que a FAO garanta que os Princípios para o Investimento Responsável na Agricultura incluam o papel central dos pequenos agricultores como principais investidores da produção de alimentos e para que os princípios protejam seus direitos. Além disso, o direito à soberania alimentar deve ser promovido como forma de fortalecer os agricultores familiares, alcançar a segurança alimentar e nutricional e erradicar a fome e a pobreza. Foi sugerido que a FAO promova uma análise ampla, inclusiva e dinâmica do conceito de soberania alimentar.

Acesso aos recursos naturais e a implementação das Diretrizes Voluntárias

A melhoria do acesso à terra e à água devem ser priorizados através de programas especiais que incluem planos de gestão dos solos e das águas. Estes devem ser complementados por programas que estimulem a experimentação dos agricultores e o uso de práticas de conservação do solo e das águas.

Também foi recomendado que o direito dos agricultores de produzir, reproduzir, trocar e vender suas sementes seja garantido, pois “sem terra, água e sementes, não há agricultura familiar camponesa”. Devem-se estabelecer salvaguardas para garantir a proteção de que projetos de restauração das florestas não somente aumentem a biodiversidade como respeitem os direitos e interesses dos povos locais. A estrangeirização das terras foi condenada e houve um pedido pela moratória da produção industrial de agrocombustíveis. Houve apoio esmagador em todas as regiões para que os governos implementem as Diretrizes Voluntárias sobre Governança Responsável da Posse da Terra, dos Recursos Pesqueiros e Florestais e para que a FAO apoie este processo. Este foi considerado o meio mais eficaz para que sejam garantidos os direitos dos agricultores familiares aos recursos naturais.

Melhorar a comercialização e construir mercados

Os acordos de comércio e políticas comerciais devem ser reformados para que sirvam às necessidades dos agricultores familiares, começando pelas políticas que são mais danosas à produção do setor. Foi enfatizada a necessidade de garantir os direitos culturais, sociais, econômicos e humanos dos agricultores familiares e pequenos proprietários respeitando as leis nacionais e os compromissos internacionais. Um apelo específico foi feito aos governos para que implementem as Diretrizes do Direito à Alimentação, que completaram 10

anos. Os governos também devem fortalecer o acesso dos agricultores familiares aos mercados e garantir preços justos, por exemplo, a partir da promoção de mercados locais, compras públicas da agricultura familiar, comercialização coletiva e melhores condições de transporte e armazenamento. A promoção de compras públicas da agricultura familiar foi enfatizada como um meio bastante eficaz de aumentar a segurança alimentar e nutricional. Foi sugerido que os preços dos alimentos da agricultura familiar sejam melhorados através da criação de processos de denominação de origem ou da criação de rotulagens especiais. Os governos devem desenvolver estratégias de comunicação que forneçam informações sobre a contribuição produtiva e socioeconômica da agricultura familiar e o valor nutricional de seus produtos saudáveis.

Acesso ao crédito e ao financiamento

Melhorar o acesso dos agricultores familiares ao financiamento seguro e estável através de instrumentos que respondam às suas necessidades e realidades foi recomendado em todas as regiões. Diversas propostas concretas foram feitas, tais como a simplificação de procedimentos para empréstimos, a criação de linhas governamentais de crédito, proposta de segurança e garantia para reduzir o risco de financiamento agrícola e o desenvolvimento de instituições financeiras diferenciadas para os agricultores familiares em que eles tenham protagonismo.



Igualdade de gênero

São necessários programas diferenciados para que as agricultoras sejam empoderadas. Deve-se facilitar a participação das mulheres nas tomadas de decisão e nos mercados de trabalho rural mais flexíveis, eficientes e justos. A diferenciação positiva deve ser feita para as mulheres, especialmente em relação ao acesso a recursos naturais e ao crédito e financiamento. A implementação das Diretrizes Voluntárias sobre Governança Responsável da Posse da Terra, dos Recursos Pesqueiros e Florestais foi mencionada como uma ferramenta valiosa para promover esse processo.

Organizações da agricultura familiar fortalecidas

A importância das organizações de agricultores para o equilíbrio do poder econômico e político de outros atores e para a consolidação do protagonismo dos agricultores nos processos de formulação de políticas foi enfatizada. Os agricultores precisam se organizar para se ajudar mutuamente. Foram ressaltados os programas de construção de capacidades protagonizados pelos agricultores e também aqueles voltados a questões como a adaptação às mudanças climáticas, agregação de valor e diálogo político. Mudanças na legislação e no campo das políticas são necessárias para que as organizações tenham autonomia do controle governamental e maior liberdade financeira



Palestina. Foto: Mahmoud Nisan

e de funcionamento. As principais iniciativas para o desenvolvimento de organizações rurais são programas de educação e formação para lideranças rurais e o intercâmbio de experiências entre organizações da agricultura familiar. O envolvimento ativo das mulheres nas organizações é crucial. Também foi recomendado que a FAO e o FIDA incentivem os governos a incluir mais organizações da agricultura familiar processos de tomadas de decisão e diálogo político.

Pesquisa e extensão com protagonismo dos agricultores

A necessidade de se considerar tipos inovadores de pesquisa e extensão que colocam os agricultores no centro de sua formulação foi enfatizada. Isso é especialmente relevante neste momento em que os agricultores familiares estão ativamente se adaptando ao impacto das mudanças climáticas nas regiões por conta própria. A pesquisa e extensão podem ser úteis no fortalecimento das estratégias que os agricultores familiares já estão empregando.

Atraindo os jovens

A participação dos jovens na agricultura deve ser estimulada de todas as formas possíveis, já que “as desigualdades de gênero e geração são as maiores

ameaças à agricultura familiar”. Foi recomendado que a formação vocacional seja realizada em função da agricultura e do empreendedorismo do jovem rural. As políticas devem apoiar o aumento do acesso dos jovens aos recursos produtivos, especialmente à terra e ao crédito. Uma visão integrada das necessidades dos jovens é necessária e políticas efetivas têm de garantir o direito dos jovens de viver suas vidas em seu território.

... e depois do Ano Internacional da Agricultura Familiar?

A necessidade de uma estratégia de longo prazo para apoiar a agricultura familiar foi expressa em todas as regiões e por todos os atores. Um Dia anual do Agricultor e da Agricultora Familiar e uma Década Internacional da Agricultura Familiar foram ambos sugeridos. Os comitês nacionais e regionais devem continuar o diálogo a partir das recomendações do AIAF 2014. Como as organizações da agricultura familiar da América Latina afirmaram: “o AIAF deve ser o começo de um processo mais longo que [...] fortaleça a agricultura familiar, camponesa e indígena não patriarcal a partir de uma perspectiva agroecológica. Nós somos parte da solução”. ■



Brasil. Foto: Claudia Xavier Kau

“PRODUZIR ALIMENTO PARA O MUNDO, PARA A HUMANIDADE, É UMA DAS MAIS NOBRES OCUPAÇÕES. UM ANO INTERNACIONAL DEDICADO AOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES HONRA PROFUNDAMENTE NOSSO TRABALHO”.

– Francisca Rodriguez, da CLOC - Via Campesina

“Queremos melhorar as condições dos agricultores familiares para que eles possam ter uma verdadeira dignidade e orgulho de serem agricultores familiares... E para que a geração mais jovem possa continuar na agricultura familiar, reduzindo, assim, a pobreza e aumentando a segurança alimentar e nutricional”.

– Esther Penunia, da Associação dos Agricultores Asiáticos e embaixadora Especial da FAO para o Ano Internacional da Agricultura Familiar

“A África pode se alimentar porque temos terra e água o suficiente. O que está faltando é o compromisso de nossos governos de trabalharem de mãos dadas com todos os atores. As vozes dos produtores de alimentos são cruciais”.

– Elisabeth Atanaga, da Organização Pan-Africana dos Agricultores Familiares

“NÃO ESTAMOS BUSCANDO SUBSÍDIOS, ESTAMOS BUSCANDO UMA LEGISLAÇÃO QUE FACILITE AS VIDAS DOS PEQUENOS AGRICULTORES E DOS PESCADORES”.

– Natalia Laiño, do Fórum Mundial dos Povos Pescadores